

Ensino da História Económica de Angola: uma proposta de programa curricular

Paulo Ângelo Sousa da Costa

Dissertação de Mestrado em Finanças

Orientação: Prof. Doutor Luís Pacheco

Março, 2017



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Paulo Ângelo Sousa da Costa

**Ensino da História Económica de Angola:
uma proposta de programa curricular**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção
do grau de Mestre em Finanças, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Pacheco

Departamento de
Economia Gestão e Informática

Março, 2017



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que direta e indiretamente prestaram apoio ao mesmo, principalmente aos docentes e colegas do curso de Finanças da CESPU – Formação Angola / Universidade Portucalense e aos professores da Faculdade de Economia de Benguela da Universidade Katyavala Bwila.

AGRADECIMENTOS

A todos que incansavelmente estiveram do meu lado na execução deste trabalho, como os professores e alunos da Faculdade de Economia de Benguela da Universidade Katyavala Bwila e, em particular, ao meu orientador que nunca se negou a me auxiliar moral e metodologicamente para a conclusão do mesmo. O meu especial agradecimento aos meus familiares que me apoiaram incondicionalmente na realização e conclusão do meu mestrado em Finanças.

RESUMO

O presente trabalho, direcionado especificamente aos estudantes do Iº ano do curso de Economia da Faculdade de Economia de Benguela da Universidade Katyavala Bwila, procura estudar os fenómenos económicos e sociais ocorridos ao longo da história de Angola, desde o período pré-colonial ao pós-independência, analisar as competências formativas da disciplina de História Económica e Social de Angola (instrutivas e educativas) e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem da disciplina em referência através de uma proposta didático-metodológica capaz de potenciar uma base sólida de conhecimentos para a vida académica e profissional dos estudantes. Para tal, fez-se um diagnóstico ao programa de História Económica e Social de Angola que, confrontando com as opiniões dos estudantes e professores, através da aplicação de um inquérito, leva a concluir da necessidade de se implementar uma revisão periódica do mesmo, por parte do corpo docente da Faculdade, de modo a uma atualização permanente dos conteúdos da unidade curricular.

Palavras chave: Angola, História Económica e Social, Ensino Superior, Colonialismo

ABSTRACT

The present dissertation, directed specifically to the 1st year students of the Economics course of the Benguela School of Economics of Katyavala Bwila University, seeks to study the economic and social phenomena that have occurred throughout Angola's history, from the pre-colonial period to the post-independence, analyze the formative competences (instructive and educational) of the curricular unit of Economic and Social History of Angola and enrich the teaching-learning process of that curricular unit in reference through a didactic-methodological proposal capable of fostering a solid base of knowledge for the academic and professional development of students. To this end, a diagnosis was made of the program of Economic and Social History of Angola, which, through the application of an inquiry, confronted the opinions of students and teachers, leading to the conclusion of the need for a periodic revision of the contents of the curricular unit, so as to permanently update them.

Keywords: Angola, Economic and Social History, Higher Education, Colonialism

Índice

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1: Abordagem Histórica da Estrutura Social e Económica de Angola....	16
1.1. Localização Geográfica e as Delimitações das Fronteiras de Angola.....	16
1.2. A Periodização da História de Angola	16
1.3. Período Pré-colonial - Características Gerais	17
Capítulo 2: A História económico-social do Período Pré-Colonial nas sociedades angolanas	20
2.1. O Reino do Congo – Abordagem histórica	20
2.2. Classes Sociais no Reino do Congo Pré-Colonial	21
2.3. As Instituições Políticas e Financeiras do Congo Pré-Colonial	21
2.4. O Zimbo e a "Casa da Moeda" Centrada no Reino dos N'gola	22
2.5. Atividades económicas	22
Capítulo 3: A História económico-social do Período Colonial nas sociedades angolanas	24
3.1. Período Colonial - Caraterísticas Gerais	24
3.2. Reino do Congo: Primeiros Contatos com os Europeus (Portugueses)	25
3.3. O Reino de Benguela na Rota Comercial Portuguesa	26
Capítulo 4: Angola – Cinco Séculos de Escravatura	28
4.1. O Tráfico de Escravos em Angola.....	28
4.2. O Processo de Obtenção de Escravos.....	28
4.3. O Comércio de Escravos - o motor da economia colonial	29
4.4. Estimativa Anual do Tráfico de Escravos nos Reinos do Congo e Angola nos séculos XVI e XVII	33
Capítulo 5: A Débil Situação Económico-Financeira de Angola nos Séculos XIX e XX	35
5.1. O surgimento do Banco Nacional Ultramarino em Angola	35
5.2. O Ciclo da Borracha e a Diversificação da Produção Interna	35
5.3. A Economia da Angola Pós-Abolição.....	36
5.4. Período do Capitalismo Colonial versus Conferência de Berlim (1885)	37
5.5. A Fase da Exploração Capitalista de Angola	38
5.6. A Economia Angolana no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais.....	39
5.7. A Economia de Angola no Período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)..	41

5.8. A Economia de Angola no Período Pós-Guerra (1946-1974).....	43
5.9. A Criação do Banco de Angola	44
5.10. A Fase Liberal da Economia: 1961-1971	44
5.11. A Industrialização de Angola	45
5.12. A Fase Protecionista da Economia: 1972-1974.....	46
5.13.1. A Extração do Petróleo.....	47
5.13.2. A extração de Diamantes e Outros Minérios.....	47
Capítulo 6: A Economia de Angola no Período Pós-Independência: 1975-2010	48
6.1. A construção da Economia Socialista (1975-1992)	48
6.2. A Nacionalização das Empresas pelo Estado Angolano	49
6.3. A Evolução das Políticas Económicas e a Diversificação da Economia de Angola Pós-Independência.....	50
6.4. As políticas do 2º Congresso do MPLA – PT e a evolução económica do Saneamento Económico e Financeiro (SEF).....	51
6.5.1. A crise económica de Angola (2014 à atualidade)	54
Capítulo 7: Tratamento Metodológico para o Enquadramento do Tema “História Económica e Social de Angola” na Disciplina “História Social e Económica de Angola”, do 1º ano do Curso de Economia da Faculdade de Economia da UKB ..	58
7.1. Breve apresentação dos programas de HESA	58
7.2. Análise e Apresentação de Dados	58
7.2.1. Análise dos Resultados do Inquérito Feito aos Estudantes	59
7.2.2. Análise dos Resultados do Inquérito feito aos Professores	60
7.2.3. Análise e Interpretação dos Resultados	62
7.3. Fundamentação Metodológica.....	62
7.3.1. Sistema de objetivos	65
7.4. Ações a Desencadear pelos Professores com Vista à Atualização dos Conteúdos e Contribuir para o Desenvolvimento dos Estudantes.....	66
7.5. Sistema de Trabalho do Coletivo Docente para Atingir o Modo de Atuação que Propicie o Desenvolvimento da Disciplina “História Económica e Social de Angola”	67
7.6. Sistema de Competências que os Estudantes devem Atingir ao Terminar o Ano Letivo.....	67
7.6.1. Competências relacionadas com conhecimentos fatuais:.....	67
7.6.2. Competências relacionadas com conhecimentos concetuais:.....	68
7.6.3. Competências referentes a conhecimentos relacionais:.....	68

7.7. Sistema de Valores	68
7.8. Sistema de Métodos.....	69
7.9. Forma de Ensino	73
7.10. Sistema de Meios de Ensino.....	73
7.11. Sistema de Avaliação.....	74
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	76
BIBLIOGRAFIA	79
ANEXOS	81
Anexo 1- Programa da Disciplina História Económica e social	81
Anexo 2- INQUÉRITOS	95
Anexo 3: Fotos da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Buila	99
Anexo nº 4: Mapas	100
Anexo 5: Navios negreiros e escravos sendo comercializados	103
Anexo 6: Armazéns de Escravos em Benguela.....	105
Anexo 7: Diário da República de Angola.....	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa do número de escravos transportados para o Brasil.....	34
Tabela 2 - Importações e Exportações de Angola (1914 a 1918)	39
Tabela 3 - Exportações de Angola no período da 2ª Guerra Mundial	41
Tabela 4 - Principais Produtos exportados no período da 2ª Guerra Mundial	41
Tabela 5 - Importações no período da 2ª Guerra Mundial	43
Tabela 6 - Balança Comercial de Angola em 1946.....	43
Tabela 7 - Resultados das questões colocadas aos estudantes	59
Tabela 8 - Resultados das questões colocadas aos professores.....	61

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CFB	Caminho de Ferro de Benguela
EEP	Espaço Económico Português
EFTA	<i>European Free Trade Area</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
HESA	História Económica e Social
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
SEF	Saneamento Económico e Financeiro
UEE	Unidades Económicas Estatais
UKB	Univesidade Katyawala Bwila
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	Dólar norte-americano
ZCL	Zona de Comércio Livre

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, a História Económica e Social de Angola foi marcada pela violência de conquistas territoriais do poder colonial e de alguns poderes pré-coloniais conhecidos, em relação à sua população, consistindo em usá-la como força de trabalho a baixo custo, suscitando um contexto social dos mais precários em cada época histórica e, do ponto de vista económico, inibidor de mercado interno que tivesse margem de consumo proporcional ao número de habitantes.

A economia angolana ficou fragilizada pela constante repressão político-militar, quer interna e externa, ao qual o país esteve submetido e que enfraqueceu as soberanias locais criando uma economia colonial de fraca produtividade e consequentemente dependente do mercado externo desde o século XV ao século XX.

A dominante de auto-subsistência, condição que determinava as economias no período imediatamente anterior à chegada dos europeus - ao litoral entre os séculos XV e XVI, ao interior imediato nos séculos XVII e XVIII e ao interior profundo no século XIX - era em si um elemento de atraso em relação ao mercantilismo europeu, tanto na capacidade de resistir à penetração como no atrativo exercido por novos produtos, que serviram como moedas de troca (no caso da escravatura) ou de escoamento de excedentes metropolitanos de baixa qualidade (Gonçalves, 2011a).

Durante o primeiro período colonial, o domínio europeu restringia-se à faixa litoral e a parte da vida económica que ultrapassava os quadros do autoconsumo estava orientada para o tráfico de escravos (destinados basicamente ao Brasil) e secundariamente para a exportação de marfim. A abolição do tráfico de escravos (legislada em 1837, mas só efetivada na década de 1850) rompeu o principal elo comercial entre a colónia e a economia internacional.

No segundo período colonial, verificou-se a construção de uma economia nacional - condicionada pelos interesses económicos da metrópole e pelas oscilações dos mercados externos - que serviu de suporte à abertura da economia angolana ao exterior, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, e potenciou-se a viragem da estrutura produtiva na década e meia que antecedeu a independência com a implantação de uma base produtiva dinâmica e diversificada. No período pós-independência, o elo essencial de ligação ao exterior da economia angolana passou a ser o petróleo. A base

produtiva anterior foi sendo destruída e evoluiu para uma combinação de empresas públicas, mercados ilegais e economia de autoconsumo (Valério e Fontoura, 1994).

Justificação da investigação

Face à dinâmica do ensino, nomeadamente, quanto à atualização dos programas curriculares para a sua contextualização sócio-histórica e à superficialidade com que se abordam hoje as matérias na disciplina de História Económica e Social de Angola (HESA) nos cursos da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Bwila (UKB), ex-Universidade Agostinho Neto, localizada em Benguela, pensamos ser necessário refletir acerca da atualização dos conteúdos curriculares. Além do mais, o programa existente é muito incipiente (ver Anexo nº 1), pois apresenta apenas o sistema de conhecimentos e de objetivos, descurando os sistemas de competências, de métodos, de meios de ensino, de avaliação, destacando-se também a fraca sugestão bibliográfica. Todos estes pressupostos limitam o processo de ensino-aprendizagem da disciplina acima referenciada.

Pela sua pertinência, procuramos proceder ao tratamento metodológico de forma a enquadrá-lo convenientemente no programa da disciplina de História Económica e Social de Angola do 1º Ano da Faculdade de Economia da UKB em Benguela, para os cursos de Economia, Gestão de Empresas e Contabilidade e Auditoria, uma vez que nela se manifestará um conjunto de conceitos e relatos históricos da economia de Angola, nos diversos períodos da sua história, importantes para as novas e vindouras gerações. Portanto, é imperioso sublinhar que o professor, na qualidade de profissional do ensino, deverá velar pela qualidade dos conteúdos daquela matéria, atualizando-os permanentemente, de forma a garantir que os angolanos em geral, e os estudantes em particular, saibam posicionar-se com relação ao conhecimento da sua realidade histórica.

Causas da Escolha do Tema

A escolha do tema deste trabalho de investigação prende-se, primeiramente, ao facto do autor ser professor de História na Universidade Katyavala Buila e ter diagnosticado debilidades no programa quanto à sistematização dos conteúdos relacionados à evolução económica de Angola nos seus diversos períodos históricos e ter concluído, através da aplicação de inquéritos aos professores e alunos do 1º Ano do curso de Economia que a

investigação, a divulgação e o ensino desta temática na disciplina de “História Económica e Social de Angola” carecem de atualizações quer de conteúdos programáticos, quer bibliográficos e metodológicos, podendo, deste modo, contribuir para a melhoria do processo de ensino - aprendizagem através da elaboração de uma proposta didático-metodológica.

Porque concordamos que têm que ser introduzidas melhorias nos currículos, na atualização dos conteúdos programáticos e porque constamos, também, através dos resultados do inquérito, algumas lacunas teóricas e metodológicas na abordagem de determinados temas, formulou-se o seguinte **Problema Científico**: Como contribuir didático-metodologicamente no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História Económica e Social de Angola do 1º Ano do curso de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Buila?

Objeto de Estudo

O processo de ensino-aprendizagem da história da evolução sócio-económica de Angola.

Objetivo Geral

Desenhar uma proposta metodológica que contribua para relacionar de forma objetiva os diversos processos históricos da evolução socio-económica de Angola, concebendo o tema como matéria de estudo no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História Social e Económica de Angola do 1º Ano do curso de Economia da Faculdade de Economia da UKB.

Objetivos Específicos

1. Diagnosticar os níveis de conhecimentos dos alunos do 1º Ano da Faculdade de Economia da UKB relativamente à evolução socioeconómica de Angola.
2. Identificar os diversos períodos históricos da evolução socioeconómica de Angola.
3. Caraterizar cada um desses períodos.
4. Elaborar uma proposta didático-metodológica que contribua para a melhoria do proceso de ensino-aprendizagem da disciplina em referência.
5. Submeter este modelo e a estratégia à avaliação dos professores que lecionam a disciplina em estudo.

Foram adotados os seguintes métodos e técnicas de investigação

- **Análise e Síntese:** permitiu realizar uma abordagem contextualizada sobre a história da evolução socio-económica de Angola, bem como a análise estatística para chegar à conclusão do problema em estudo.
- **Histórico-lógico:** permitiu seguir de forma lógica e histórica a abordagem do tema.
- **Indução-dedução:** possibilitou fazer inferências a partir dos dados recolhidos e dos métodos aplicados.
- **Inquérito/Questionário:** permitiu diagnosticar o universo da população que é constituída por estudantes e professores de História da Faculdade de Economia da UKB, em relação ao estado do ensino e conhecimento do referido tema. Para tal, foram formuladas perguntas que coincidem com o objeto de investigação aos elementos que constituem a nossa amostra.
- **Pesquisa documental:** serviu, principalmente, para examinar o programa da disciplina de História Social e Económica de Angola.
- **Pesquisa descritiva:** procurou-se com esta fazer uma abordagem objetiva do tema, estabelecendo relações entre variáveis por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o inquérito.
- **Pesquisa bibliográfica:** consistiu na consulta de fontes escritas para tirar as informações existentes sobre o tema e dos textos de apoio fornecidos pelos docentes aos estudantes.

População e Amostra

Está determinada por professores da cadeira em referência e estudantes do 1º ano do Curso de Economia. O trabalho abrangeu uma população de 45 estudantes matriculados na especialidade de Economia do 1º Ano, curso regular de 2015 e 4 professores universitários, incluindo o Coordenador de Curso.

Daquela população de estudantes, foi selecionada de forma aleatória uma amostra de 30 estudantes, correspondentes a 66,6%, sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. A opinião dos estudantes foi requerida pelo facto de ser o nível mais representativo e importante.

Novidade Científica

- **Valor teórico:** estará determinado por um conjunto de conceitos e relatos históricos sobre a evolução socioeconómica de Angola, importantes para as novas e vindouras gerações.
- **Valor prático:** consistirá na aplicação de metodologias que contribuirão para melhorar os conhecimentos relativos à história da evolução socio-económica de Angola que serão valiosos para a construção de uma sociedade de mercado livre e moderna.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho apresenta sete capítulos, precedido de uma dedicatória, agradecimentos, resumo, índices e introdução. Também constam do trabalho as conclusões, recomendações, bibliografia e anexos.

Capítulo 1: Abordagem Histórica da Estrutura Social e Económica de Angola

1.1. Localização Geográfica e as Delimitações das Fronteiras de Angola

A definição diplomática das atuais fronteiras de Angola foi feita entre 1885 e 1891. Angola adquiriu, assim, a extensão territorial que ainda tem hoje de 1.246.700 km², que está apresentada no mapa nº 1 (Anexo nº 2), cujo espaço geográfico é limitado ao Sul pelo território da República da Namíbia, ao Norte pela República Democrática do Congo (RDC) e Congo Brazzaville, e a Leste ainda pela RDC e a República da Zâmbia. O território de Angola é aberto ao Oceano Atlântico numa extensão de 1.650 km de costa e a sua fronteira terrestre é de 4.837 km. Nesse território, no final do século XIX, viviam cerca de 3 milhões de indígenas, pertencentes aos nove grupos etnolinguísticos de Angola (ver mapa nº 2 do anexo nº 2) e cerca de 3000 pessoas de origem europeia. Atualmente, segundo informações do censo populacional realizado em Maio de 2014, a sua população estima-se em 25.000.000 de habitantes (Costa, 2016).

Tal como na maior parte das delimitações feitas pelas potências coloniais em finais do século XIX, foram frequentes as divisões de uma mesma tribo por duas colónias. Foi particularmente o caso dos Bacongo, divididos pelo Congo Francês (hoje Congo), pelo Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) e por Angola, dos Jaga e dos Lunda, divididos pelo Congo Belga e por Angola, e dos Ovambo, divididos por Angola e pelo Sudoeste Africano Alemão (hoje Namíbia).

1.2. A Periodização da História de Angola

Para melhor enquadrar historicamente o processo evolutivo da economia de Angola é imprescindível fazer uma reflexão sobre a periodização da sua História.

Não existe hoje ainda um consenso ou opinião unânime entre os historiadores da História de Angola relativamente a um tema tão importante como é a periodização da evolução do processo histórico angolano, visto que os estudiosos e investigadores da História de Angola não possuem uma opinião comum quanto ao critério ou critérios sobre o assunto. Tal facto prende-se, por exemplo, a certos Estados do litoral (Congo e Ndongo) que tiveram estreitos laços com o mundo europeu e foram “vítimas” nos séculos XVI e XVII do mercantilismo depredador e da acumulação primitiva de capital, enquanto certas regiões do interior não conheceram a ocupação colonial efetiva senão

no século XIX. A data de 1482 tão significativa para o Congo não tem o mesmo valor, por exemplo, na Lunda. Se 1575 marca o ponto de partida da fundação de um dos centros de irradiação do mercantilismo em Angola-Luanda, esta data para as outras populações de outras regiões do atual território de Angola é simbólica, pois que para algumas delas este é o período de fundação de Estados, para outros é o da migração ou da transformação política.

Perante esta dificuldade compreender-se-á que as datas que se puderam fixar para a História de Angola serão apenas convencionais. Deste modo, podemos dividir a História de Angola da seguinte maneira (Azevedo, 2002):

- a) Civilizações Pré-Históricas e Proto-Históricas (Comunidade Primitiva).
- b) Período Pré-Colonial (com o desenvolvimento de novos modos de produção pré-capitalista, semi-esclavagista e semi-tributária). Pode-se convencionalmente admitir 1575 como marco cronológico do fim deste período).
- c) Período do Mercantilismo Colonial (acumulação primitiva e posterior de capital). Começa antes de 1575 e desenvolve-se até 1885.
- d) Período do Capitalismo Colonial (de 1885 a 1975)
- e) Período da Independência (desde 1975 aos nossos dias).

1.3. Período Pré-colonial - Características Gerais

Quando os europeus chegaram à África Negra, as populações encontravam-se num estágio de desenvolvimento muito baixo que alguns historiadores classificam de “transição de comunidade primitiva para o escravagismo” (Kizerbo, 1999). Neste período, no território que hoje é Angola, viviam vários povos de origem Bantu organizados em reinos e os povos Khoisan (Hotentotes e Bosquímanos, designação colonialista) organizados em clãs, conhecidos como os primeiros povos a habitar o atual território de Angola, provenientes do sul do continente.

Os Khoisan eram povos nómadas caçadores que utilizavam a azagaia e alguns instrumentos de caça, mas desconheciam praticamente a agricultura e conseqüentemente os instrumentos agrícolas. Todos os povos Bantu de Angola sabiam trabalhar o ferro, produzindo enxadas, pontas de lanças, etc., e a produção artesanal era já bem desenvolvida. Estes eram agricultores e pastores. Apesar de dedicarem-se, com menor

ou maior intensidade, estes distinguem-se como agricultores (no Norte), povos pastores (no Sul), agricultores e pastores (povos do Centro).

Havia divisão do trabalho nas comunidades Bantu: a agricultura era praticada por homens e mulheres, mas as mulheres faziam (e fazem até hoje nas comunidades rurais) o trabalho principal. Os homens faziam a desmatação e lavravam pela primeira vez os terrenos, mas eram as mulheres que cultivavam e colhiam durante todo o resto do ano além da responsabilidade da lida do lar e dos filhos. Quando o solo das lavras se esgotava, mudava-se para novos terrenos: era uma agricultura itinerante.

Quanto à pastorícia criavam-se essencialmente bois, acompanhando o gado de região em região sempre à procura de capim fresco e abundante. Registava-se, pois, o nomadismo.

Nos primeiros tempos, todas as lavras pertenciam a todo o clã; todos trabalhavam e o produto era dividido por igual; não havia escravos. Mas, no final do século XV, quando os portugueses chegaram a situação era diferente (MPLA, 1965):

- 1- A propriedade das terras, dos rios e das florestas era coletiva - pertencia a todo o clã.
- 2- Apesar da propriedade coletiva cada família possuía uma lavra particular. Estava-se já na transição do regime de propriedade coletiva para o de propriedade privada.
- 3- O direito por linha materna dava a passagem das lavras e outras riquezas de tios para sobrinhos.
- 4- A herança do poder político passava para o sobrinho, filho da irmã mais velha, quando o rei soba morria.
- 5- A existência de escravos devido ao excedente de produção, resultado do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão de classes sociais (senhores e escravos).

Tinha-se assim iniciado um processo de diferenciação no seio dos homens livres, distinguindo-se em homens livres ricos e homens livres pobres. Os últimos, em certas situações, pediam empréstimos aos homens livres ricos que por eles cobravam juros elevadíssimo e por vezes na impossibilidade de saldar as dívidas, eram transformados em escravos.

Em resumo, podemos caraterizar a economia tradicional angolana da seguinte maneira:

- Trata-se de uma economia de subsistência.
- Trata-se de uma economia artesanal. Não são as riquezas que preocupam os membros da sociedade, mas sim as relações sociais e o bem-estar geral.
- Trata-se de uma economia dominada pelas práticas tradicionais aliadas aos rituais religiosos.
- Trata-se de uma economia que se processa dentro de uma estrutura social orientada por mitos, obedecendo ao absoluto e ao sagrado.

Capítulo 2: A História económico-social do Período Pré-Colonial nas sociedades angolanas

2.1. O Reino do Congo – Abordagem histórica

Antes da ocupação portuguesa o território angolano estava organizado em vários reinos entre eles, destacamos, por exemplo, os Reinos do Congo, Ndongo, Matamba, Benguela e os do Planalto Central. Dentre estes, o Reino do Congo apresentava, na época, uma estrutura sócio-económica e política bem mais desenvolvida, dispondo de reinos vassallos ou tributários (Ngoyo, Cacongo, Vungo...) e um comércio além-fronteiras que obrigou o uso de uma moeda transaccional (o zimbo).

Os congueses eram hábeis garimpeiros explorando do subsolo os minérios de cobre e ferro do qual fundiam e moldavam peças para uso doméstico e comércio. Produziam, também, belas cerâmicas e teciam panos a partir das cascas do embondeiro para o mesmo fim. Eram povos agro-pastores por excelência. Entre as principais culturas destacam-se o sorgo, o milho, o inhame, a banana, etc., e criavam uma diversidade de animais com destaque para porcos, galinhas, cabritos, etc.

Os povos Bacongo chamaram frequentemente a atenção dos observadores pela sua extraordinária faculdade de adaptação sociopolítica e de simbiose de modelos culturais e simbólicos que lhes permitiu assimilar muitos grupos com os quais entraram em contacto, pacificamente ou pela força. Encontravam-se na encruzilhada de diversas correntes migratórias, abertos a uma rede de interpenetração e de contactos, vindos da costa atlântica e do interior do continente. A região de Nsundi, compreendida entre o Lago Malebo (na RDC), a Nordeste, e Mbanza-Kongo, constituía uma via importante de comunicação e de comércio com o interior do continente.

O papel destes povos na história de África Central atlântica foi determinante, sobretudo pela potente originalidade duma cultura que soube impor-se a tantos outros povos vizinhos ou assimilar os seus mais diversos contributos, sem perder a sua unidade sociopolítica (Gonçalves, 2011).

Assim, para podermos compreender melhor a funcionalidade destas sociedades analisaremos como se caracterizavam internamente.

2.2. Classes Sociais no Reino do Congo Pré-Colonial

A sociedade conguesa estava dividida em duas grandes classes: a aristocracia e o povo (MPLA, 1965).

- No topo estava o **Rei**: poder quase absoluto (mas o herdeiro era o irmão ou o sobrinho); tendo a função de fazer guerra, castigar pessoas, etc.
- A **aristocracia** (manis) estava constituída por governadores das províncias; chefes militares e religiosos; altos funcionários.
- Os manis eram chefes da administração das províncias e dos distritos do reino.
- Os manis eram ricos e tinham as seguintes funções: cobrar impostos ao povo; recrutar gente para o exército e para trabalhos da comunidade ou do rei; eram juízes (perdoavam ou condenavam); por sua vez, os manis pagavam impostos ao rei e dependiam da sua autoridade.
- O **povo**: faziam parte deste grupo os camponeses, caçadores, pescadores, artesãos e soldados. Neste estrato social incluem-se ainda os escravos (prisioneiros de guerra ou detentores de dívidas), geralmente usados em tarefas da comunidade, da corte ou dos seus senhores.

2.3. As Instituições Políticas e Financeiras do Congo Pré-Colonial

Pode-se considerar a estrutura do Congo do século XVI como exemplo de uma organização política federada.

As mais antigas fontes insistem na vastidão do território e na sua força organizativa, o que obrigava a descentralização da governação e, consequentemente, a descentralização da economia.

As fontes do século XVI descrevem o Estado do Congo da maneira seguinte:

- A unidade de base da estrutura política é a aldeia cujo núcleo é formado por uma linhagem materna de homens livres que eram ajudados nas suas atividades quotidianas por escravos de delito criminal ou prisioneiros de guerra;
- A um nível superior encontravam-se os distritos com os seus funcionários e um governador, muitas vezes parente do mani Congo.

Em Mbanza Kongo nota-se a presença de funcionários tais como o Mani Nlumbu (nlumbu= residência), chefe da residência Ntontela, do mani Vungo, o juiz. Todos os detentores de títulos formavam a aristocracia.

O grande administrador do conjunto federado era o mani Congo ou Né Congo, que recebia os tributos dos governadores dos estados. Este tributo era dado em moedas, ou seja, em zimbo e géneros, escravos, marfim, etc. A administração tirava também as suas receitas dos impostos, dos trabalhos forçados, dos direitos aduaneiros e das multas judiciais. No entanto, não havia uma política fiscal claramente definida (Setas, 2007).

2.4. O Zimbo e a "Casa da Moeda" Centrada no Reino dos N'gola

Tinham os congueses a sua própria moeda de troca, os célebres zimbos (nzimbu), búzios que abundam nas areias da restinga de Luanda considerada a "casa da moeda" do Reino do Congo.

A Ilha das Cabras, como era conhecida a Ilha de Luanda, na verdade uma restinga, estava já em território do chamado reino do N'Gola e era onde se obtinha o zimbo. O zimbo servia de padrão de valor e não se encontrava em qualquer outra parte. Era um monopólio exclusivo do mani Congo e era controlado pelo mani de Luanda, governador da ilha. Era a fonte do tesouro federado, pois com o zimbo comprava-se tudo o que se desejava, até mesmo o ouro e a prata. Esta moeda passou, também, a ser utilizada nas feiras e hansas alemãs como instrumento de troca. Mais tarde, o instrumento de troca passou a ser o Lubongu (peça de tecido de ráfia de fabricação local). O Mani Congo controlava a circulação monetária, o que é um caso único em África. Os portugueses retiraram o seu monopólio uma primeira vez de 1648 a 1651 e depois definitivamente em 1665, depois da Batalha de Ambuíla (Setas, 2007).

2.5. Atividades económicas

Com as ligações marítimas para o sul dificultadas pela força da corrente para nordeste na embocadura do Zaire, cujo estuário estava enxameado de crocodilos, polvilhado de ilhotas e bancos de areia, os habitantes das pequenas aldeias que se dispersavam ao longo desta linha costeira faziam da exploração dos recursos marítimos (pesca e salicultura), zelosamente guardados, e da construção de canoas (matéria-prima não faltava na densa floresta equatorial do Mayombe) as suas atividades económicas fundamentais. Em 1612, um mercador holandês escreveu, a propósito da atividade pesqueira na costa de Loango (contígua à baía de Cabinda): "Os habitantes são bons

pescadores e pescam grandes quantidades. Pela manhã, fazem-se ao mar em canoas, que podem chegar a trezentas, e regressam ao meio-dia". A partir de meados do séc. XVII, o tráfico escravagista atraiu ainda mais os navios europeus ao seu porto, tornando-se Cabinda num importante ancoradouro para a drenagem de escravos oriundos do interior Centro-Oeste africano (Setas, 2007).

Além da pesca, a agricultura (sorgo, massango, etc.), a caça (aproveitava-se a carne e as peles), o artesanato (fabrico de instrumentos de ferro, de madeira, de barro, tecido de palma, óleo e vinho de palma, etc.) e o comércio (dos excedentes de produção) eram as principais atividades económicas do reino (Azevedo, 2002).

O comércio de escravos generaliza-se a partir de então e intensificam-se os conflitos entre os Chefes das aldeias e os Chefes clânicos ou tribais, entre estes e o Rei do Congo. Com efeito, o comércio de escravos não era uma atividade exclusiva dos europeus. Entre outros testemunhos, confirma-se na carta que D. Afonso, Rei do Congo, enviou ao rei de Portugal D. Manuel, em 26 de Maio de 1517, solicitando-lhe um navio para fazer aquele comércio. Por outro lado, parte deste comércio era feito à revelia das autoridades oficiais por aventureiros, conhecidos na época por lançados ou ainda por tangomangos (Costa, 2012).

Capítulo 3: A História económico-social do Período Colonial nas sociedades angolanas

3.1. Período Colonial - Características Gerais

O período colonial em África, no geral, e em Angola, em particular, é caracterizado por cinco principais etapas:

O ano de 1482 marca o início da primeira etapa, com o início da colonização Portuguesa em Angola personificada na chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire e os primeiros contactos com o rei do Congo Nzinga-a-Nkuvo. Deu-se início a um primeiro comércio entre os dois povos, onde se trocavam missangas, vinhos, aguardentes, tecidos e outras bugigangas por grandes quantidades de ouro e marfim, sendo essas trocas comerciais livres. A segunda etapa (1500 a 1885) foi marcada por 4 séculos de tráfico de escravos. Os angolanos eram feitos prisioneiros através das “guerras do Kwata-Kwata” e eram vendidos aos “negreiros” que os transportavam nos porões dos seus barcos à vela para o Brasil e outras regiões da América, onde eram vendidos aos donos de plantações de cana-de-açúcar. Infelizmente a maioria dos angolanos era vendida aos portugueses pelos próprios angolanos: sobas vendiam os seus súbditos, tios vendiam os sobrinhos. Estas viagens duravam aproximadamente seis meses. Homens, mulheres e crianças eram metidos nos porões e presos por grilhetas (ver anexo nº 5), onde cerca de 60% destes morriam pelo caminho vítimas da fome, das doenças e dos castigos. Os historiadores calculam que Angola perdeu 11 milhões dos seus filhos (MPLA, 1965).

Em 1885 começa a terceira etapa colonial que se prolonga até 1910 e que é marcada pelas guerras de ocupação militar, permitindo a Portugal o controlo efetivo de todo o território angolano.

O ano de 1910 dá início à quarta etapa, a da exploração capitalista de Angola que é marcada pela introdução de novas relações de produção, pelo trabalho forçado (o chamado Contrato), pela exploração de roças, minas e algumas fábricas.

Finalmente, o 4 de Fevereiro de 1961 desperta com a quinta e última etapa da idade colonial, a etapa da revolução Angolana.

3.2. Reino do Congo: Primeiros Contatos com os Europeus (Portugueses)

Foi no longínquo ano de 1482 que o navegador Diogo Cão, enviado de D. João I, rei de Portugal, ancorou na foz do rio Zaire pela primeira vez e manteve contato com o soberano do Congo Nzinga-a-Nkuvu, herdeiro legítimo do fundador Nimi-a-Lukeni (século XIII). Posteriormente, os povos Ambundo, localizados entre os rios Bengo e Dande, tiveram o seu contato oficial com os portugueses entre Diogo Cão e o Soberano Ngola Mussudi (Fundador do reino), a partir da ilha de Luanda (Baía das Cabras, na designação portuguesa).

população do Ndongo era constituída, pelo que transparece, de quisicos e morindas (morinda = vassalo). Os quisicos seriam os Mbundu que tinham uma situação social próxima ao que chamamos de escravos. Enquanto que os morindas serviam os não escravos, pertencentes às comunidades e considerados, também, “vassalos do Ngola”.

A respeito da escravidão, Cavazzi (citado por Pantoja, 2000) distingue três espécies de escravos no Ndongo e Matamba: “Os chamados escravos de quisicos, são filhos naturais de outros escravos e, como tais marcado com um sinal dos seus donos. Se estes não forem arguidos de algum crime, ficam quase livre e ordinariamente não são vendidos. Os segundos são os prisioneiros de guerra, que não só são marcados e vendidos, como também sacrificados para serem comidos. O que pertencem a terceira classe chama-se “escravo de fogo”, e vivem em perpétuo serviço até a morte do comprador ou enquanto a família deste sobreviver. Poucos destes escravos são vendidos, pois prefere-se doá-los, o que afinal é a mesma coisa. Os patrões estimam-nos muito, por serem julgados obedientes e fiéis” (Pantoja, 2000).

Observa-se aqui que Cavazzi induz a uma possível diferenciação entre escravos. Aqueles que nunca são vendidos e os escravos perpétuos. Como afirma o próprio Cavazzi, era possível mudar de *status*, pois muitas vezes um escravo pode oferecer um presente ao seu dono e este em troca oferecer um cargo de confiança ao seu escravo.

Há diferença entre o escravo que resulta da presa de guerra e aquele que chama-se de doméstico, este último podendo ser o nascido em cativeiro, endividado, etc. Os prisioneiros de guerra eram mais utilizados para a venda, trocas ou sacrifício nas cerimónias religiosas ou guerreiras. Eram estranhos a linhagem, menos “obedientes e fiéis”.

Em suma, a escravidão no Ndongo, até a chegada dos portugueses ou, pelo menos, antes daquela região se transformar no principal fornecedor de escravos, mantinha-se como uma instituição não hegemónica na organização social dos Mbundu. Os pequenos estados como o Ndongo, anteriormente à abertura do comércio Atlântico, participavam da compra e venda de escravos. A escravidão era uma instituição importante dentro da estrutura de parentesco e linhagem, não sendo porém, essencial no processo produtivo. O status de escravo não era nitidamente definido, mas em qualquer situação este status significava a perda de direitos e privilégios que, com o tempo, poderiam vir a ser readquiridos.

Em meados do século XVII, o uso comercial de forma intensiva do escravo e a luta pelo controlo do comércio alteraram profundamente esta situação.

3.3. O Reino de Benguela na Rota Comercial Portuguesa

A região de Benguela, antes da chegada dos portugueses, era habitada pelos herero. Povos pastores vindos do sul do país, fixaram-se na região do Dombe-Grande (Ndombe Inene, na língua local). Benguela era também habitada pelos Khoisan, conhecido como os primeiros habitantes de Angola. A baía de Benguela foi designada de Baía da Vacas pelos portugueses influenciada pela quantidade de gado bovino existente na região. Diogo Cão foi o primeiro navegador português a chegar na região no ano de 1483 e a denominou de Angra de Santa Maria. Ao rio Catumbela Diogo Cão denominou de rio do Paúl.

Em 1615, o Rei Filipe II de Portugal (e III de Espanha) separou o Reino de Benguela do governo de Angola, com o objetivo de explorar as míticas minas de cobre do Sumbe. O Reino de Benguela foi uma criação dos Portugueses, pois na realidade, tal reino nunca existiu, e referia-se à região costeira a sul dos reinos da Quissama (na margem Sul da Barra do Cuanza) e do Libolo, passando pela baía do Quicombo, até à foz do Rio Caporolo, a sul da actual cidade de Benguela. Para o interior, o Reino de Benguela cobria as regiões do Amboím e do Seles, e para Sul até ao planalto do Huambo, Caconda e Quilengues, que na altura estavam sob o domínio dos Jagados Ovimbundos (Valentim e Dias, 1998).

Com receio de perder Luanda, ameaçada pela presença holandesa na região, criou-se o reino de Benguela que passou a ser ponto estratégico do escoamento de escravos para o Brasil. Durante um breve interregno de sete anos (1617-24), e graças ao esforço de Manuel Cerveira Pereira, que fundou a Cidade de São Filipe de Benguela em

1617, na Baía das Vacas, o Reino de Benguela esteve separado do Reino de Angola, como capitania-geral e governador próprios e diretamente ligada a Lisboa; contudo, a sua existência foi efémera, pois em 1624 foi incorporado permanentemente e subordinada à autoridade do Governador e Capitão-General da Colónia de Angola. Como já se afirmara, Benguela passou a ser o local estratégico de Portugal, principalmente aquando da ocupação de Luanda pelos holandeses entre os anos de 1640 a 1680.

Na atualidade, Benguela possui uma superfície de 39.826,83 km², com os seguintes municípios: Benguela, Lobito, Catumbela, Bocoio, Ganda, Baía-Farta, Chongoroi, Cubal e Balombo.

Capítulo 4: Angola – Cinco Séculos de Escravatura

4.1. O Tráfico de Escravos em Angola

Quando os portugueses chegaram a Angola a existência de indivíduos reduzidos à condição de escravos era um facto incontestável. Entre os angolanos a escravização assumia um carácter limitado (escravatura doméstica) e muito diferente da empreendida pelos europeus (escravatura comercial). A prática da escravidão entre as populações de Angola anteriormente à chegada dos portugueses contribuiria para justificar a atividade dos negreiros europeus. A escravatura nativa facilitou grandemente o abastecimento dos navios portugueses envolvidos no tráfico (Carvalho, 1996).

4.2. O Processo de Obtenção de Escravos

A obtenção de escravos em Angola era através das guerras de Kwata-Kwata (agarrar-agarra), servidão por delitos como assassinatos e dívidas e ainda as aquisições em feiras controladas pelas autoridades locais.

Estas feiras podiam ser alvo de pilhagens, como informa o padre Diogo da Costa, em 1585, ao escrever que numa única feira conseguiram os portugueses capturar mais de quinhentas peças. Se acções como a referida redundavam em avultados ganhos imediatos, tendiam, a médio prazo, para a desestruturação dos únicos mecanismos capazes de proporcionar uma oferta estável; se generalizadas, poderiam até comprometer irremediavelmente a presença portuguesa. Também as imposições abusivas dos governadores e de outras autoridades contribuía para aniquilar as feiras (Carvalho, 1996).

Segundo Birmingham (1974), os comerciantes adquiriam os negros principalmente em troca de álcool, de tabaco e de tecidos. A troca de escravos por armas de fogo também era um facto corrente o que fortalecia as soberanias locais que por vezes se rebelavam contra a presença portuguesa. O comércio com os africanos não constituía a única forma de realizar o abastecimento de escravos. Birmingham detetou três métodos principais para a obtenção de negros. A primeira possibilidade consistia em enviar os pombeiros ao sertão para fazerem resgates. As duas outras alternativas, que serão consideradas sucessivamente, eram a imposição aos sobas do pagamento de tributos em escravos e o recurso à guerra para a obtenção de cativos (Birmingham, 1974, pg. 32-33). Outra via possível, mas que deve ter sido pouco praticada, era o

resgate das personalidades proeminentes da hierarquia africana a troco de outros negros¹. Uma das exceções terá sido o pagamento pela rainha Ginga, D. Ana de Sousa, de cento e trinta cabeças, como contrapartida do resgate de sua irmã D. Bárbara².

Os tributos em escravos pagos pelo rei de Angola e pelos sobas vassalos ao monarca português (baculamentos) traduziam a sujeição daqueles à coroa de Portugal (Heintze, 1980).

Todavia, a capacidade das autoridades autóctones para pagarem tributos em peças aos portugueses estava longe de ser ilimitada e não podia deixar de depender das circunstâncias. Em 1633, escrevia o superior dos jesuítas em Angola ao rei que os sobas avassalados, não podendo já suportar os tributos de escravos e outros vexames, se retiravam para o sertão, juntando-se aos Jagas e a outros sobas não submetidos, o que causava grandes danos. Quatro anos depois, o feitor Diogo Gomes de Faria era testemunha da mesma realidade. Devido aos excessos relacionados com a cobrança de baculamentos a maioria dos sobas angolanos desamparavam as suas terras, deixando-as desertas. Os poucos que ficavam davam de tributo crianças de tão tenra idade que as levavam em braços aos leilões e alguma gente tão velha que inspirava compaixão. Em consequência, eram muito escassos os rendimentos da fazenda real, pelo que o feitor propunha que os tributos passassem a ser pagos em frutos da terra³.

4.3. O Comércio de Escravos - o motor da economia colonial

O primeiro contacto dos portugueses foi com o reino do Congo e até 1575, altura da fundação de Luanda, os escravos eram originários do Congo e de algumas regiões vizinhas. Depois de 1490 saíram do porto Mpinda (Soyo) cerca de 1000 (mil) escravos por ano para Portugal e o volume foi aumentando rapidamente. Por volta de 1520 o tráfico escravos toma proporções elevadas com a colonização do Brasil. Em 1555 o rei do Congo Nkubi a Mpundi (D. Diogo I) expulsou os jesuítas e fechou o porto de Mpinda ao comércio que na altura expatriava mais de 12550 escravos por ano dos quais 8500 para o Brasil. Em 1561 morre Nkubi a Mpundi e sobe ao trono o rei Filo-Português Afonso II (Mbemba-a-Nzinga) e o tráfico recomeça.

A escravatura arruinava completamente o reino, corroía a moral, a solidariedade clânica (tios vendiam sobrinhos por alguns litros de vinho), entrando em decadência. A

¹ cf. a carta do Padre Baltasar Afonso de 30 de Outubro de 1583, in MMA, III, pp. 227-229.

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, cx. 6, doe. 101, 29 de Janeiro de 1657.

³ AHU, Angola, cx. 3, doe. 66, 23 de Setembro de 1637.

caça de escravos tornara-se a atividade mais lucrativa, gerando frequentes conflitos dinásticos e a revolta do povo. Em 1570 dá-se a grande revolta anti-tráfico chefiada por Bula Matade, que, como se sabe, foi esmagado em sangue e o herói morto em combate. Cinco anos depois, em 1575, Paulo Dias de Novais chega a Luanda com 400 soldados e 100 famílias portuguesas fundando a Colónia de Angola.

De seguida, os portugueses entraram em contato com um novo reino angolano, o reino do Ndongo ou Ngola. A colónia foi-se desenvolvendo e alargando a partir de Luanda. Em 1580, Portugal perde a sua independência, tomada que foi pela Espanha de Filipe II. No entanto, a relativa autonomia de que gozava Portugal, permitiu-lhe manter as suas colónias por alguns anos, apesar das cobiças holandesas. Até essa data, cerca de um milhão de escravos haviam sido exportados para a América e para a Europa. A partir de 1587, o negócio de escravatura de Angola estava na mão de duas companhias: a de Pedro de Sevilha e a de Mendes de Lamego.

Em 1583 é construído o forte e o presídio de Massangano e em 1584 é fundada Benguela-a-Velha, atual Porto Amboim (Kwanza Sul). De 1590 a 1600 constitui-se a chamada “Primeira coligação” dirigida por Ngola Mbandi, que inflige pesadas derrotas aos portugueses. A coligação desfez-se em 1600 e o avanço colonialista prosseguiu. Havia várias formas de pagamento, o sal de Kisama, que servia de moeda no comércio com os povos dos planaltos interiores. Uma barra de sal valia 200 reais (moeda portuguesa). O Nzimbo era usado no reino do Congo como dinheiro. O Libongo era o dinheiro do Reino do Ndongo. Um libongo valia 50 reais (MPLA, 1973). Em 1612, o comércio de escravos na colónia de Angola apresentava as seguintes contas:

Receitas _____ 25.160.000 reais

Despesas _____ 14.024.596 reais

Em 1617, Manuel Cerveira Pereira, funda Benguela-a-Nova, a atual cidade de Benguela. Deste ponto estratégico são atingidas novos reinos de expressão umbundu (Reinos Ovimbundu).

Em 1620, o comércio de escravo e marfim foi proibida aos soldados e aos pombeiros calçados, brancos e mestiços, ficando a exclusividade com o Governo, impedindo, deste modo, os pombeiros de venderem armas de fogo e pólvora aos africanos. Contudo, um ano depois, em 1621 Luanda já tinha 400 famílias brancas. Em 1625 é constituída a 2ª Coligação dos estados da Matamba e Ndongo, Congo, Kassanje,

Dembos e Kisama sob direção da Rainha da Matamba Nzinga Mbandi. Em 1645 os holandeses tomaram a cidade de Luanda e a Rainha Nzinga Mbandi aliou-se a estes na luta contra o poderio português, encurralando os portugueses em Massangano. Em 1648, Salvador Correia no comando de 1000 soldados partindo do Brasil reconquistou Luanda. Porém, as coisas modificaram-se porque a partir de 1642 a economia portuguesa passou a ficar dependente da inglesa. Assim, o comércio triangular Portugal-Brasil-Angola, substituiu-se o comércio quadrangular Inglaterra-Portugal-Brasil-Angola, em que a Inglaterra passou a ser o principal vendedor de produtos manufaturados.

Em 1649, os portugueses atacaram e fundaram o forte e o presídio de Pungo-a-Ndongo, crescendo a zona de ação da caça aos escravos, colocando tantos escravos nos navios que grande parte morria pelo caminho. É de realçar que já em 1575 dos 12000 escravos saídos de Luanda 4000 morreram na viagem, também em 1625 cinco navios brasileiros embarcaram de Luanda com 1011 escravos, morrendo 585 na viagem e 68 pouco depois do desembarque no Brasil. Cerca de 20.000 escravos eram exportados de Luanda e Benguela destinados ao Brasil e desses só 12 ou 13 mil escravos chegavam com vida. Em 1680, prosseguindo com a sua política expansionista, os portugueses fundaram o presídio e forte de Caconda-a-Velha ou forte de Hanha.

Os povos do planalto reagiram e neste mesmo ano formava-se a primeira coligação do planalto e constituídas por pequenos estados dirigidos pela Chiyaka, destruindo o forte português. Ainda no ano de 1680, Ngola Kanini, Rei da Matamba, atacou o reino de Kasanje (aliado dos portugueses) e reavivou a segunda coligação do kwanza (constituída por Matamba e Kasanje) e os portugueses foram derrotados várias vezes, nomeadamente na batalha de Katole. Em 1683, a segunda coligação desfaz-se com a morte de Ngole Kanini e a sucessora a nova rainha Vitoria assina um tratado de vassalagem com os portugueses, estendendo sua influência até Kassanje, ou seja, até ao rio Kwanza.

Em 1755, ocorreram grandes modificações em Portugal com a subida ao poder de um novo primeiro-ministro, o Marquês de Pombal. Este promoveu em Portugal a construção de fábricas têxteis e de vidros, tomou medidas anticlericais (expulsa os jesuítas em 1770, interrompe as relações com a Santa Sé, transforma a inquisição em tribunal régio) e aboliu a escravatura em Portugal. Marquês de Pombal nomeia Inocêncio de Sousa Coutinho como Governador-Geral de Angola, homem imbuído com

as mesmas ideias abolicionistas de Marquês. Assim, em 1764 interditou em Angola a escravatura por dívidas.

Em 1767, Coutinho recusou-se a combater a revolta anti escravista dos Dembos. Em 1768, fundou a fábrica de ferro de Nova Oeiras, próximo de Massangano, importante empreendimento capitalista que utilizava trabalhadores assalariados maioritariamente originários dos Dembos. Em 1769, a Lunda estabeleceu uma nova rota de escravos direto para Mpumbo (no Reino do Congo) sem ter que passar pelos intermediários do Kwango que impunham as suas taxas. Em 1769 fundou-se na foz do rio Nguza o forte de Novo Redondo, entre Benguela-a-Velha e Benguela-a-Nova, adaptado à exportação de escravos, e próximo de Benguela, fundaram a Catumbela.

Também em 1769 foram criados o cargo de “Juiz de fora” e de “Capitão-Mor,” no planalto de Benguela. Juiz de fora, eleitos pelos comerciantes, servia para regular os seus litígios e permitiu que todos homens livres da colónia fizessem comércio desde que estivessem ligados a povoações comerciais.

Os rendimentos provenientes da exportação de escravos de Angola, em 1770, era de 150 contos, enquanto que os rendimentos doutras proveniências não ultrapassava os 20% daquela soma. Em 1796, Luanda era o terceiro porto importador de produtos do Rio de Janeiro como açúcar, arroz, carne seca, tabaco, fuba, feijão, aguardente, etc., e Benguela era o sexto importador. De 1817 a 1820, o número médio de escravos exportados de Angola para o Brasil era de 22.000. A receita pública nesse período era de 217 contos, sendo 82% provenientes da exportação de escravos (arrecadando cerca de 177 contos).

O século XIX (1803-1879) foi marcado pelas “guerras nanos” dos estados do planalto central contra as posições portuguesas nas serras da Huila. Estas guerras demonstram a anarquia comercial que se instalou no planalto central, levando também os reinos a guerrear-se entre si a partir de 1818. Em 1822 os liberais subiram ao poder em Portugal e deram início a um período de lutas entre liberais e conservadores que só terminou com a implantação da República em 1910. Em 1834, o rendimento dos escravos era de 134 contos, enquanto que as outras receitas não passava de 32 contos. Este baixo rendimento deveu-se a proclamação da independência do Brasil e o tratado com Portugal comprometendo-se a não arrastar consigo as colónias portuguesas. Em 1836, a Inglaterra e Portugal chegaram a um acordo sobre a abolição do tráfico de escravos, porem, apesar da proibição, o tráfico continuou. Até 1839, a colónia de

Angola nada produzia, vivendo exclusivamente do tráfico de escravos, vivia inteiramente ligada ao Brasil pelo comércio de escravos, sendo a produção local apenas de subsistência nas áreas não controladas pelos portugueses. Só a partir de 1841 é que a colónia começou a produzir para o mercado interno e para a exportação. Ainda em 1841 os portos de Luanda e Benguela foram abertos ao exterior. A exportação de escravos começou a decair em benefício da produção agrícola que se exportava para a Inglaterra, França e Portugal. Em 1844, último ano de grande comércio com o Brasil, as alfândegas de Angola renderam 25.671.095 reais (moeda portuguesa). Desse valor, 17.700.000 reais eram derivados das taxas sobre a exportação de escravos. Em 1848 já não passavam escravos pelas alfândegas mas pelos portos clandestinos do norte, de Novo Redondo e do Lobito. Em 1852 foi criada a feira de Malanje, tornando-se uma praça comercial de escravos, madeira, marfim, cera e mais tarde do milho, feijão, jinguba e fuba. Em 1855, a Junta Geral de Angola propalou que abolição da escravatura interna causaria à colónia uma grande ruína e que os escravos não estavam preparados para acederem a liberdade e que seria um mal para eles. A Associação Comercial de Luanda acrescentava que a abolição seria a “ruína da agricultura e da indústria e a perda de Angola”.

4.4. Estimativa Anual do Tráfico de Escravos nos Reinos do Congo e Angola nos séculos XVI e XVII

Em termos estatísticos muito sumários, estima-se que durante o período do tráfico de escravos do Atlântico, tenham sido levados de Angola e da Bacia do Congo mais de 5 milhões de pessoas, a uma média mensal de cerca de 1.250 (ou média diária de cerca de 40 escravos), perfazendo cerca de 44% da exportação de escravos de África. Cerca de 10.000 escravos chegava em média anualmente ao Brasil.

Tabela 1 - Estimativa do número de escravos transportados para o Brasil

Ano	Congo	Ano	Angola
1536	de 4 000 a 5 000	1574	12 000
1548	de 6 000 a 7 000	1575	50 000
1656	de 5 000 a 6 000	1576	52 000
		1681	10 000
		1682	10 000

Fonte: Andrade, Mário e Olivier, Marc: Guerre en Angola, Paris, extraído do texto de apoio do Prof. Lucas Ngonda, 2008, pag 54.

Em termos do total para o tráfico de escravos do Atlântico, de 1519 a 1867, 11,6 milhões de homens, mulheres e crianças foram levadas do interior de África para as Américas, 3,3 milhões morreram no percurso entre a sua região de origem e o porto negreiro na costa e 1,5 milhões morreram na travessia do Atlântico.

O número total de pessoas escravizadas e vendidas ou que morreram no tráfico do Atlântico, excluindo o número de escravos exportados para o Norte de África e estados árabes e o número de escravos exportados para o Irão, Índia, e para o resto da Ásia, estima-se em mais de 15 milhões (Ngonda, 2008).

Capítulo 5: A Débil Situação Económico-Financeira de Angola nos Séculos XIX e XX

5.1. O surgimento do Banco Nacional Ultramarino em Angola

É de realçar que em 1841 a situação económica da colónia complicou-se pois que a produção não chegava para cobrir a procura surgindo um desequilíbrio cambial com varias moedas em circulação e com paridades difíceis de estabelecer. A solução passava, ficticiamente, por um câmbio legal entre a moeda de Angola e a moeda de Portugal, pois que não correspondia à realidade porque surgiu imediatamente um mercado paralelo onde o ágio era de 16%. Para solucionar este problema, abriu-se em Agosto de 1865 a primeira sucursal do Banco Nacional Ultramarino em Luanda, passando as suas notas a constituir a moeda oficial. Angola passou a ter um sistema bancário. Mas a gestão bancária não era das melhores. Nos anos de euforia, o banco em vez de restringir a emissão monetária e o crédito concedia-os indiscriminadamente provocando instabilidade cambial e financeira que se prolongou até ao ano de 1882 (Valério e Fontoura, 1994).

5.2. O Ciclo da Borracha e a Diversificação da Produção Interna

Em 1869 apareceu pela primeira vez na economia de Angola a exportação da borracha, tornando-se pouco tempo depois no primeiro produto de exportação. O ciclo dos escravos cedeu lugar ao ciclo da borracha. A borracha era exportada por caravana de escravos a pé desde os planaltos interiores de Luanda, Malanje, Bié, Huambo e Moxico até Luanda e Benguela. Nessa altura a exportação do marfim cedia à exportação da cera. A partir de meados do século XIX há uma transformação do setor agro-pecuário com o surgimento de novas espécies vegetais e animais (cavalos e burros). Até aí existia o massango, os quiabos, a beringela, a massambala, os porcos, os bois e praticava-se a pesca fluvial e lacustre. Foi introduzido o milho, a batata-doce, a jinguba, a mandioca (da América); a banana e o arroz (da Ásia); o trigo, os citrinos e as hortaliças (da Europa). De entre os produtos cultivados para a exportação destacavam-se o café (originários da Etiópia, vindo do Brasil para Angola), o cacau (proveniente do Amazonas), o gergelim e o algodão (originários da Índia) e a pesca marítima suplantou a pesca fluvial.

Como se viu, nos quatro séculos de tráfico de escravos expande-se a ocupação militar do território angolano. A permanência Portuguesa em Angola, enfrentando várias revoltas africanas, consubstanciava-se na obtenção de lucros elevados através do comércio de homens. Mas, durante aqueles quatro séculos, a sociedade e a economia foram-se transformando e mais complexas se tornaram, o comércio de escravos começou a perder importância em proveito da borracha, a burguesia colonial começou a conquistar as posições dos armadores brasileiros e a impor as suas soluções.

5.3. A Economia da Angola Pós-Abolição

Após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A facção pro-portuguesa ganhou, no entanto, e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção de trabalho forçado (que, apesar das reformas que Norton de Matos procurou introduzir em 1921-1924, permaneceu de forma mais ou menos camuflada até ao fim do Estado Novo) e nas riquezas naturais da região. Assim, fomentou-se a produção de amendoim e óleo de palma e sobretudo da borracha. Em 1908 a borracha representava 65% das exportações de Angola, vindo esta produção a ser derrubada pela concorrência da borracha de plantação de Singapura, Ceilão e Taiping (Valério e Fantoura, 1994).

Para além da manutenção da exportação de cera e marfim, algum esforço significativo de diversificação seria feito com Norton de Matos. Recaiu, porém, sobretudo sobre as pequenas economias africanas (feijão, óleo de rícino, milho).

A recuperação da exportação só ocorreria na década de 40, quando as circunstâncias internacionais se revelariam particularmente favoráveis.

A fim de recuperar a indústria metropolitana, em 1892 foram adotadas severas restrições pautais com o objetivo de tornar Angola um mercado fechado para as exportações portuguesas, sobretudo de têxteis e vinhos. Tais medidas suscitou vivos protestos em Angola. Em alternativa, foi apoiada a produção de açúcar, o que favoreceu, embora de uma forma muito lenta, algumas camadas de uma burguesia colonial mais próspera.

A orientação da pauta de 1892 seria consolidada com o Ato Colonial de 1930, que definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colónias o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole,

e o condicionamento industrial, que vedava às colónias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da industrialização em Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 60.

A reativação económica de Angola ocorreria após a crise de 1929-1933 e a subida do preço das matérias-primas que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foram então favorecidas várias exportações angolanas, em particular o café, sisal, diamantes e algodão, e iniciou-se um período de crescimento acelerado. A produção mais beneficiada foi o café, que veio a constituir a principal exportação entre 1946 e 1972, altura em que foi substituído pelo petróleo.

As plantações de cana-de-açúcar, de café e de algodão existiam, sobretudo, na parte Noroeste de Angola: regiões do Baixo Zaire, Baixo Cuanza e Baixa de Kassanje no planalto de Malanje. Já as minas existiam, sobretudo, na parte Nordeste de Angola (planalto da Lunda), para a extração de diamantes, e na parte Sul de Angola (planalto de Huíla e Cuando-Cubango), para a extração de minério de ferro. O Noroeste (regiões de Cabinda e de Luanda) assistiu na década de 50 a prospeções para a pesquisa de petróleo, que conduziram à descoberta de importantes jazidas na década seguinte.

5.4. Período do Capitalismo Colonial versus Conferência de Berlim (1885)

A época de ocupação militar do território de Angola corresponde, no plano económico, ao ciclo da borracha. O ano de 1885, em que se realiza a conferência de Berlim, não deve ser considerado como uma data de transformação mecânica da sociedade mas apenas um marco já que há que delimitar os períodos históricos. Logo após a conferência de Berlim, em 1886, foi fixada a atual fronteira entre Angola e Namíbia, entre Portugal e Alemanha, mas os portugueses só efetivaram a ocupação do Cunene em 1915. Paralelamente ao processo da ocupação colonial, as potências imperialistas iam lançando as bases da exploração do território. Em 1886, deu-se o início a construção do Caminho de Ferro de Luanda a Malanje que terminou em 1909. Em 1903, os ingleses da Tanzania Concessions deram início a construção do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) ligando a Katanga (RDC) e Zâmbia. Terminado em 1928, o CFB marcou o início da penetração inglesa em Angola. Logo em 1904 começou a construção do Caminho de Ferro de Moçâmedes, que só atingiu o Lubango em 1926. Ainda em 1904 foi criada o imposto indígena. Em 1907 foi tornada obrigatória a cultura do algodão nalgumas regiões de Angola e, em 1914, Portugal participou na Primeira Guerra

Mundial com o objetivo de defender as suas colónias das pretensões alemães. Em 1915 desencadeou grandes campanhas de ocupação do território Ovambo, do Cuando-Cubango e do Moxico. Todavia, só em 1920 conseguiu ocupar o território Lunda na Batalha de Kalendende.

A ocupação final do território angolano foi facilitada por três razões principais:

- Primeiro: porque a influência do tráfico de escravos e da desagregação dos reinos permitiu a ocupação mais fácil.
- Segundo: o exército português estava melhor armado com artilharia Krupp.
- Terceiro: os reinos do extremo Sul e do Leste tinham uma demografia escassa.

Entretanto, em 1910 foi implementada a república em Portugal e esta data marcava uma viragem na história económica de Angola: a fase da exploração capitalista.

5.5. A Fase da Exploração Capitalista de Angola

Em 1912 foi nomeado para Angola um novo governador, Norton de Matos, que implementou novas ideias de exploração capitalista, através de aplicação das seguintes medidas:

- prosseguir com as obras de infra-estruturas dos caminhos-de-ferro.
- iniciar um programa de construção de estradas, lançando um projeto cruel ao trabalho forçado e gratuito de homens, mulheres e crianças.
- tornou obrigatório o “imposto indígena”, instituído em 1906, tornando-se na principal fonte de receita do estado.
- fazer de Angola uma colónia do povoamento branco intensivo.
- acabar com a permuta para permitir a circulação monetária.
- eliminar a pequena burguesia africana através de medidas administrativas e económicas.
- intensificar as operações militares por causa das rivalidades europeias e da latente aproximação da primeira guerra mundial.

No entanto, 1910 foi o ano que registou, depois de 1884, o mais importante movimento comercial de Angola. A importação subiu a 8.951.465 USD valendo 1.826.829 £ (Libras), a exportação foi quase igual 8.932.513\$00. Só ultrapassaria este valor em 1923 (treze anos depois). Estes valores mostram bem o desenvolvimento lento das forças produtivas, como nos demonstra a balança comercial (Tabela nº. 2):

Tabela 2 - Importações e Exportações de Angola (1914 a 1918)

Ano	Importação (contos)	Exportação (contos)	Saldos (contos)
1914	5 214	4 167	- 1 047
1915	5 351	5 614	+ 263
1916	8 197	6 713	- 1 484
1917	5 996	5 472	- 524
1918	8 715	7 341	- 1 374

Fonte: MPLA, 1973

5.6. A Economia Angolana no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais

Do ponto de vista político, de 1918 a 1933, vive-se uma época de relativo liberalismo económico.

Finda a primeira guerra mundial notou-se em certo afluxo de capitais não portugueses em direção aos diamantes (Diamang) e às linhas férreas (CFB), com capitais maioritariamente ingleses, passando os mesmos a controlar os maiores empórios do país. Neste período, regista-se uma certa melhoria das infra-estruturas ferroviárias, portuárias e principalmente rodoviárias.

As mercadorias deixaram de ser transportadas nos ombros (dorsos) dos homens, ligando várias regiões de Angola e incentivando o crescimento da economia e da população nos seus diversos recantos. Verificou-se o crescimento da população branca passando de 13.000 em 1914 para cerca de 59.000 em 1938, o que dava 180 brancos por 10.000 indígenas e o decréscimo da população negra até 1927 (Neto, 1991).

A produção que havia diminuído durante a primeira guerra mundial, recuperou lentamente e só em 1932 Angola ultrapassou os números da balança comercial de 1910 (ano que registou o mais importante movimento comercial de Angola).

A crise de 1929 a 1933 prejudicou o avanço da produção em Angola. Porém, não existindo uma contabilidade nacional, torna-se impossível calcular o crescimento da produção no período entre as duas guerras. Mas pelas estatísticas de exportação depreende-se que o ritmo do crescimento foi muito baixo.

O milho manteve-se durante todo este período na posição de primeiro produto de exportação. Porém, pode-se considerar nulo o apoio estatal ao cultivo do milho, tanto do ponto de vista técnico como humano ou financeiro.

A limitação das importações teve um caráter positivo, pois que forçava uma certa industrialização nacional e a diversificação da produção agrária. Assim é que, em 1934, Angola importava açúcar, arroz, massas para sopa, redes de pesca e fios, madeira em obra e em bruto, carnes, feijão, batatas, sabão, peles curtidas, cerâmicas, etc., e em 1939 já a maior parte destes produtos não carecia de importação. Desenvolveu-se também a moagem do trigo, a farinação do peixe e as indústrias de conservas.

Quanto à situação cambial e monetária em Angola, desde 1922 que se registava uma inflação galopante, onde os preços alteravam diariamente, tendo sido acautelada a partir de 1929 com a criação de um Fundo de Garantia e Amortização que pouco ou quase nada resultou. Só a partir de 1937, quando os excedentes se tornaram maiores, é que a situação cambial se tornou mais desafogada.

No período entre as duas guerras, sobretudo com a instauração do fascismo, prosseguiu-se a acumulação primitiva do capital pela burguesia colonial a custo das massas camponesas e trabalhadores Angolanos. O célebre e triste “Código de Trabalho Indígena” é datado de 1928, onde se destacam:

1. Consolidação das estruturas capitalistas;
2. Penetração em Angola dos interesses monopolistas internacionais;
3. Exportação de trabalhadores “contratados” para São Tomé;
4. Fraco crescimento da produção (derivado da grande crise económica mundial e do fraco investimento interno).
5. Crise financeira e cambial constante (registando-se melhorias a partir do ano de 1937)

6. Exploração desenfreada das massas populares (código de trabalho indígena de 1928)
7. Ciclo do diamante (primeiro produto de exportação, com poucas divisas para Angola)
8. Entrada definitiva imperialista em Angola.

5.7. A Economia de Angola no Período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Durante os 6 anos de guerra, o comércio externo de Angola evoluiu substancialmente e as exportações em tonelagem aumentaram a uma taxa anual de 2,5% (Gonçalves, 2011b), conforme as tabelas apresentadas:

Tabela 3 - Exportações de Angola no período da 2ª Guerra Mundial

Exportação	1939		1945	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
Exportação	273 172	364 689	314 689	637 563
Importações	95 840	227 576	86 285	530 787
Saldo	+177 332	+137 432	+228 404	+106 776

Fonte: MPLA (1973)

De entre os cinco produtos mais exportados destacam-se

Tabela 4 - Principais Produtos exportados no período da 2ª Guerra Mundial

		Tonelada	Contos
1	Diamantes	-----	92 411
2	Café	18966	72 698
3	Milho	124 155	72 577
4	Açúcar	44 655	54 821
5	Algodão	5 291	51 978

Fonte: MPLA (1973)

Podemos realçar que a produção industrial de Angola neste período cresceu, onde se destaca em 1944 os seguintes dados.

	Contos
Receitas ordinárias	364 404
Receitas extraordinária	17.697
Total	382 101

	Contos
Despesa ordinária	190 320
Despesa extraordinária	47.265
Total	238 265
Saldo	+143 836

Com a redução das importações conseguiu-se manter sempre uma balança comercial positiva:

1939	+137 432
1940	+144 235
1941	+200 941
1942	+152 226
1943	+238 308
1944	+224 505
1945	+106 776

Finalmente, em 1944, o imposto indígena deixou de ocupar a primeira posição entre as receitas:

	Contos
Direitos de importação	65 762
Imposto indígena	58 9 27
Direitos de exportação	22 355
Contribuição industrial	14 093
Imposto do selo	13 691

Por outro lado as importações decresceram em volume:

Tabela 5 - Importações no período da 2ª Guerra Mundial

Anos	Toneladas	Contos	Preço médio da tonelada
1939	95840	227576	2375\$00
1940	79820	228331	2861\$00
1941	86541	233205	2695\$00
1942	57938	328127	5664\$00
1943	55019	355070	6458\$00
1944	64837	387883	5982\$00
1945	86285	530787	6152\$00

Fonte: MPLA (1973)

5.8. A Economia de Angola no Período Pós-Guerra (1946-1974)

Tanto as importações como as exportações cresceram em relação a 1945. O valor da tonelada importada, que era de 6152\$00 em 1945, passou para 7648\$00 em 1946 e o da tonelada exportada de 2026\$00 para 2414\$00 no mesmo período (MPLA, 1973). A balança comercial de Angola apresentou nesse ano os seguintes resultados:

Tabela 6 - Balança Comercial de Angola em 1946

	Toneladas	Contos
Importação	104 550	779 582
Exportação	398 631	962 251
Saldo	+ 294 081	+ 162 699

Fonte: MPLA (1973).

Os principais produtos importados foram tecidos, vinhos, sacaria, ferro e aço em obra, automóveis de carga, gasolina, acessórios para veículos, medicamentos, cimentos e porcelanas, cerveja, máquinas e aparelhos. E os exportados foram café, diamantes, milho, algodão, feijão, óleo de palma e sisal.

5.9. A Criação do Banco de Angola

A monetarização da economia seria facilitada pela criação da Junta da Moeda de Angola, à qual competia gerir um fundo de reserva monetária para facultar a cobertura das transferências entre Angola e a metrópole. Em 1926 foi criado o Banco de Angola, visando-se a estabilização da moeda. Angola atravessou, contudo, graves crises de pagamento, obrigando à adoção de soluções variadas. Os períodos de maior crise de pagamentos foram apoiados com restrições cambiais. Assim aconteceu em 1931, através do controle de crédito, da constituição de um fundo cambial e do condicionamento das transferências, com a entrega obrigatória pelas empresas de 75% dos valores exportados, para além da limitação das importações. Em 1959, no seguimento da descida das cotações mundiais do café e do sisal, os agentes económicos ficaram obrigados a entregar ao fundo cambial cerca de 90% das divisas provenientes das receitas de exportação, para além de existir contenção das importações. Estas restrições manter-se-iam até à entrada em vigor de um novo sistema de pagamentos interterritoriais (zona do escudo) em 1961, sistema que, conforme referiremos, viria rapidamente a revelar-se inadequado.

5.10. A Fase Liberal da Economia: 1961-1971

Esta fase é caracterizada pela mudança da política do Estado Novo em Portugal com a criação do Espaço Económico Português pressionado, por um lado, pela resistência nacional angolana e, por outro pelos jovens tecnocratas portugueses.

Esta ofereceu a Portugal vantagens económicas pois que permitiu continuar a extrair das colónias produtos agrícolas e matérias-primas a preços relativamente mais baixos e para as colónias encontrar vantagens nas compras feitas a metrópole.

Paralelamente a política de integração económica Portugal planificava a intenção de uma política de maior integração entre a metrópole e as colónias, estimulando o aparecimento de uma indústria que fosse concorrencial e complementar da sua, potencializando os efeitos positivos esperados da zona de comércio livre no espaço português e da participação na EFTA (Neto, 1991). Segundo Neto, o EEP baseou-se em três instrumentos:

- Uma zona de comércio livre (ZCL) abrangendo o território nacional (continente, Madeira, Açores e territórios ultramarinos africanos) por via

da abolição de todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias no espaço nacional (Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961);

- Um sistema de pagamentos interterritoriais (zona do escudo) com vista a assegurar a liquidação das transações de mercadorias, serviços e capitais que fossem sendo liberalizados, assim como contribuir para a progressiva liberalização das mesmas transacções (Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961);
- A flexibilização do regime em vigor de condicionamento industrial (Decreto-Lei n.º 46 666, de 21 de Novembro de 1965).

Contudo, a liberalização dos direitos aduaneiros e restrições quantitativas no âmbito da ZCL foram preconizadas de forma gradual (num prazo de dez anos) para evitar a exposição súbita, em fase de arranque, da indústria das colónias à concorrência externa (Rocha, 1999)

5.11. A Industrialização de Angola

Após 1966 é permitida a instalação nas colónias do sector têxtil, até então embargado com receio de forte concorrência à indústria da metrópole, o qual em breve ganhará acentuado relevo (em 1970 é já a segunda indústria de Angola).

Foram dadas várias concessões às indústrias (novas ou em vias de reestruturação) instaladas em Angola, a entrada de capitais estrangeiros foi favorecida com um código mais liberal e assistiu-se à crescente descentralização de poderes em Angola, o que passou pela criação de órgãos de decisão próprios e pelo aumento das competências atribuídas aos órgãos provinciais de Angola.

Durante os anos 60, a indústria transformadora registou um incremento considerável, sustentada por um mercado interno dinâmico e em expansão (engrossado pelas tropas e famílias deslocadas com a guerra ultramarina). Entre 1960 e 1970, o valor bruto da produção da indústria transformadora cresceu à taxa média anual de 17,8 % e o PIB 10% em termos nominais. Em 1973, a indústria angolana (com exceção da construção civil) representava 41% do PIB (26% em 1960). A indústria transformadora contribuía, em média, com cerca de 62% do valor bruto da população industrial e os sectores extrativos e derivados de pesca com 32% e 6%, respetivamente. A liderar estava a indústria de alimentação, com 36% do valor bruto da produção do sector

transformador; seguia-se a indústria têxtil, com 32%, bebidas, com 11%, química, produtos minerais não metálicos e tabaco, com 5%, derivados de petróleo e produtos metálicos, com 4%, pasta de papel, papel e derivados, com 3% (Valério e Fontoura, 1994).

5.12. A Fase Protecionista da Economia: 1972-1974

Em 1971 o governo português pôs fim à experiência liberalizante com o Decreto-lei n.º 478/71. Por esta via foi regulado um novo sistema de pagamentos, do qual o instrumento mais importante foi a generalização do registo prévio para a importação de mercadorias, que passou a ser extensivo às compras na metrópole. Além disso, em Angola o esquema de desarmamento pautal iniciado em 1962 foi atrasado e até anulado (tendo-se, em alguns casos, voltado a situações de maior restritividade do que antes da integração) e passaram a ser elaboradas anualmente listas de produtos sujeitos a restrições quantitativas. Com este protecionismo esperava-se poder regular simultaneamente o problema dos défices externos de Angola e reconverter progressivamente uma economia essencialmente dependente da exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), fortemente sujeitos às oscilações do mercado internacional, numa economia exportadora com base industrial (Valério e Fontoura, 1994).

Foram definidos, nesta fase, os critérios para o licenciamento das importações, exclusividade à importação de matérias-primas, bens intermédios e bens de equipamento, imprescindíveis à indústria angolana. Note-se que, ao favorecer a importação de bens de equipamento essenciais, vibrava-se um golpe às indústrias da metrópole fornecedoras de bens de consumo (sobretudo as menos equipadas) e, por conseguinte, não incluídas no primeiro. As exportações para o resto do mundo passaram de 25% do total em 1960 para 52,7% em 1971 (Neto, 1991).

5.13. A Fase da Independência: 1975

Como já referira na introdução, que a economia angolana no período pós-independência, devido essencialmente ao fator guerra, que fez deslocar os quadros e empresários de Angola, esteve fortemente dependente da extração do petróleo e de alguns minérios com destaque para os diamantes.

5.13.1.A Extração do Petróleo

A prospeção de hidrocarbonetos em Angola começou em 1910, logo após a implantação da República em Portugal, mas a sua prospeção em ritmo industrial só aconteceu no início dos anos 60, quando se descobriu petróleo no *offshore* de Cabinda. A partir de 1973 as receitas de petróleo passaram a dominar, até a atualidade, a atividade económica de Angola e a serem as principais fontes de financiamento do Orçamento Geral do Estado e das exportações.

A Sonangol foi criada em 1976 e pelo decreto 13/78 de 1978 - a conhecida “Lei do Petróleo”- foram-lhe atribuídos todos os direitos de concessionária nacional neste recurso. A exportação de petróleo em Angola continua a representar mais de 98% das atuais exportações, sendo o impulsionador motor das atividades do Estado em vários outros setores económicos (Novo Jornal, 2016).

As reservas de petróleos em Angola estão avaliadas entre 13,1 mil milhões de barris (Ministério dos Petróleos) e 13,5 mil milhões de barris (British Petroleum, 2011). Contudo, no dia 20 de Fevereiro de 2015, o Ministério dos Petróleos, na voz do senhor Ministro Botelho de Vasconcelos, fez sair uma nota pela Televisão Pública de Angola, que, apesar da forte queda do preço do petróleo no mercado mundial, estimado a 40 USD o barril, Angola alcançará até 2017 a extração de 2 milhões de barris por dia. Apesar do esforço do executivo angolano na diversificação da economia e das receitas fiscais do Estado, tais pronunciamentos demonstram a continuidade da forte dependência económica do petróleo.

5.13.2. A extração de Diamantes e Outros Minérios

A extração de diamantes é a atividade mais importante do setor minério em Angola e tem-se defrontado com uma conjuntura internacional não muito favorável desde a crise de 2008/2009 que afetou a procura mundial e reduziu os seus preços.

Refira-se que, Angola, após 40 anos de independência, não tem um conhecimento geológico total das suas potencialidades minérias.

A representatividade da indústria de diamantes, das rochas ornamentais e de minerais industriais no valor da atividade global do país é muito pequena - em média entre 2004 e 2014, não representa mais de 1% do PIB.

Capítulo 6: A Economia de Angola no Período Pós-Independência: 1975-2010

A delimitação do período em referência (1975-2010) deve-se às mudanças que a sociedade angolana viveu fruto do processo da independência nacional em 1975, das políticas do governo no poder pela opção da via socialista com a constituição de economia planificada, e as mudanças económicas no período de 1991 com o advento da paz e das primeiras eleições democráticas em Angola alterando-se a constituição da República de Angola (até então República Popular de Angola) e consequentemente a constituição económica para uma economia de mercado livre, culminando com algumas remodelações da mesma no ano de 2010 com a nova alteração constitucional que ficou conhecida como a terceira república.

Porém, para melhor compreendermos a intervenção do Estado na economia, é imprescindível estudar as alterações da constituição económica desde a independência de Angola, em 1975 à atualidade, tendo por base os textos constitucionais que vigoraram no período anterior à atual Constituição da República de Angola de Fevereiro de 2010 e também as leis ordinárias reguladoras da economia em alguns casos.

6.1. A construção da Economia Socialista (1975-1992)

Entre 1975 a 1991 não houve alterações consubstanciais à Constituição de Angola, embora a revisão da mesma de 7 de Fevereiro de 1978 tenha também incidido em termos de reforço dos comandos jurídico-económicos da planificação da economia e do reforço da intervenção do Estado na economia.

A evolução da Constituição económica de Angola entre 1975/1991, cujos princípios elucidam o projeto ideológico do Estado angolano e do governo do partido MPLA-PT na construção de uma economia socialista assente nos fundamentos seguintes:

1. Acentuado dirigismo do Estado.
2. Intervenção direta e ou indireta do Estado na economia.

Denota-se nestes princípios o centralismo económico e a presença quase que incontornável do Estado na Economia.

Com a revisão da Lei Constitucional de 7 de Fevereiro de 1978 (ver artigos 2º e 9º) abre-se um pequeno foco à iniciativa e propriedade privada. É ainda neste período que se verificam as nacionalizações, confiscos, participações públicas, sociedades de economia mista, extinção de empresas estatais, (re)privatizações, reforma do mercado, do sistema financeiro e bancário, criação e fomento de empresas privadas, cooperativas, abertura ao investimento estrangeiro e ou privado e ao comércio externo. São prova disso a aprovação de inúmera legislação económica de que podemos salientar a Lei nº. 3/76 de 3 de Março; a Lei nº. 43/76 de 19 de Junho; a Lei nº. 10/88 de 2 de Julho; a lei nº. 12/88 de 9 de Julho; a Lei nº. 13/88; o Decreto Executivo nº. 18/99 – E.F.E.C.E.M – UEE; o Decreto n.º 2/89 – Títulos de Reajustamento; o Decreto nº. 3/89 – Títulos de Poupança Particular; Decreto nº. 36/89 – Gabinete de Redimensionamento Empresarial; a Lei nº. 5/91 de 20 de Abril – Lei das Instituições Financeiras (Teixeira, 2012).

6.2. A Nacionalização das Empresas pelo Estado Angolano

Na fase de transição, face ao êxodo de empresários e proprietários portugueses de empresas sediadas em Angola, levou o Estado a crescentes intervenções diretas na economia, na gestão e constituição de novas empresas públicas com os objetivos de levar avante o programa da transição e colmatar os desequilíbrios causados pela instabilidade política da época (com a promulgação do Decreto-lei n.º 128/75).

Na 1ª fase é publicada a Lei 3/76, de 3 de Março, diploma em que assentou a formação não só do vastíssimo setor público ou sector empresarial do Estado angolano, como também foi a base em que assentou a transformação do modelo misto da constituição económica na sua versão original da constituição de 1975, no modelo socialista ou de transição para o socialismo da constituição económica pós revisão de 1978.

A Lei 3/76 determinava, também, que os meios de produção fossem nacionalizados e deveriam ser entregues às Unidades Económicas Estatais (UEE).

A política económica caracterizava-se pela existência de 3 sectores: as UEE, as cooperativas e também empresas privadas que, segundo a lei, deveriam atuar de forma a contribuírem na reorganização e no aumento da produção de bens essenciais à melhoria das condições de vida da população.

6.3. A Evolução das Políticas Económicas e a Diversificação da Economia de Angola Pós-Independência

Em termos rigorosos, talvez só se deva falar de política económica depois de 1991 com os acordos de paz de Bicesse, pois que antes destes a guerra inviabilizava todas as comunicações e trocas comerciais internas, não sendo possível falar de política económica exequível, apenas de política económica possível em que o urgente e o imediato tiraram lugar ao importante e ao estruturante, pois que durante quase todo o período de guerra civil a política económica não teve margem de sustentabilização devido a subordinação do setor económico ao setor militar. Podemos destacar como exemplo os anos decorrentes de 1975 a 1980 onde, apesar do comportamento amplamente positivo do preço do petróleo nos mercados internacionais, a taxa média de crescimento do PIB foi de -4,8% ao ano (Relatório económico de Angola 2011, p. 162). Destaca-se, ainda, que a política económica era inoperável até 1991. Dum lado, uma economia socialista, em que o planeamento imperativo, administrativo e centralizado comandava o funcionamento da economia, tirando, por conseguinte, espaço à economia privada de mercado. A política de edificação do socialismo era incompatível com o mercado e a iniciativa privada.

Todas as orientações provindas do governo do MPLA - PT direcionavam-se no reforço da centralização e na acentuação do carácter administrativo da intervenção do Estado na economia, baseada em planos e programas aonde tudo o que se tinha de produzir, exportar e importar estava previsto.

Até 1991, o âmbito da política governamental foi variando de acordo com a intensidade da guerra e as dificuldades económicas internas decorrente da variação do preço do barril de petróleo e da escassez dos financiamentos externos. De 1978 a 1985, o plano do governo contemplou a tentativa de recuperação dos índices de produção registados em 1973/1974, e entre 1986/1990 a prioridade máxima das receitas fiscais foram caucionadas para o setor da defesa.

Após um curto período de paz, de aproximadamente um ano, a situação político-militar intensifica-se após a rejeição dos resultados eleitorais em 1992 pelo partido da oposição UNITA agravando mais a situação económico-financeira coincidindo com a queda internacional do preço do petróleo, ficando, deste modo, condicionada a margem da política económica pelos imperativos da defesa do país.

Por este motivo, nos períodos de 1991 a 2000, o crescimento económico não foi além de 1,3% ao ano (Relatório Económico de Angola, 2011) ritmo baixo comparando com o crescimento demográfico cifrado em 2,9% ao ano, estimando-se, deste modo, que o défice das condições de vida foi de -1,55% ao ano. Conclui-se que, em dez anos, o nível de vida dos angolanos deteriorou-se em 14,5%, empobrecendo-as.

Aliando-se a esta situação, o poder de compra degradou-se em aproximadamente 17,7% ao ano, derivado das elevadas taxas de inflação média anual de 1140% verificadas entre 1991 e 1998 e do subsequente não acompanhamento do ajustamento salarial e de um débil crescimento do produto interno bruto (PIB). (UNICEF, 1989).

A guerra exerceu um efeito desmoralizador sobre as práticas de orçamento, planeamento e controlo financeiro, propiciando, desta maneira, a corrupção que parece se justificar nesta incapacidade de se gerirem bem os fundos públicos.

6.4. As políticas do 2º Congresso do MPLA – PT e a evolução económica do Saneamento Económico e Financeiro (SEF)

O 2º Congresso do MPLA – PT constatou a necessidade do governo de estimular e fiscalizar de uma forma mais diligente as atividades económicas reconhecendo, neste congresso, que as dificuldades haviam sido causadas não apenas pela guerra mas igualmente por políticas económicas iníquas e ineficazes. Igualmente reconheceu o importante papel do setor privado no processo de reconstrução económica.

Data de 1985 o primeiro programa tentativo de recuperação económica e financeiro conhecido em Angola como SEF. Após ter sido submetido ao 2º Congresso do MPLA PT pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o SEF passou a ser visto como um importante passo da realização de um projeto nacional de desenvolvimento económico e social.

Eram objetivos deste programa a reestruturação do sector empresarial público, a reforma económica do mercado, reavaliação do processo de reprivatizações, reforma do sistema monetário, bancário, cambial e fiscal, passos tendentes à abertura ao comércio externo e ao investimento privado estrangeiro.

No entanto, o essencial do SEF, da sua filosofia e da sua visão estratégica ficou continuamente adiado pela guerra e pelas discrepâncias ideológica-doutrinárias, uma vez que em 1988, três anos depois da sua aprovação e lançamento, a sua implementação estava longe do preconizado. Em 1988, por exemplo, a taxa de câmbio paralelo do dólar

era de 1800 kwanzas e a oficial se mantinha a 30 kwanzas (uma diferença de 60 vezes). A existência de mercados públicos de produtos e câmbios continuou, neste período, a ser o facto mais surpreendente da vida económica de Angola.

Segundo o Relatório Económico de Angola de 2011 da Universidade Católica de Angola, os objetivos das reformas económicas de Angola entre 1988 a 1992 foram:

- Reduzir o grau de centralização do planeamento e gestão económica e permitir que os sinais de mercado fossem a principal orientação da atividade económica.
- Fortalecer os controlos orçamentais e reduzir o défice fiscal.
- Resolver o problema da dívida externa do País.
- Dar maior autonomia às empresas estatais.
- Controlar o crescimento da oferta monetária.
- Melhorar a conta corrente da balança de pagamentos.

Contudo, o programa de 1992 assumiu, de uma forma clara, uma política de preços e rendimentos (todavia adiada pela continuidade da guerra no mesmo ano):

- Secagem de mercado paralelo de divisas, não devendo o diferencial entre as taxas oficial e paralela situar-se acima de 50%.
- Melhoria significativa dos abastecimentos e da produção interna.
- Restrição da circulação da massa monetária e, por arrastamento, do défice orçamental.
- Recuperação da agricultura empresarial nacional.
- Controlo dos salários nominais.

A constituição económica de 1992 revela uma evolução histórica da economia de Angola que vislumbrava o princípio da democracia económica, no seu artigo 10º, diferente de uma matriz socialista que até então vigorava, onde encontra-se plasmado a liberdade económica (livre iniciativa). Durante este período, a instabilidade militar, ocorrida após a rejeição dos resultados eleitorais de Setembro de 1992, provocou uma profunda retração da atividade económica de Angola, de que é visível na taxa de

crescimento do PIB: -0,8% em 1992, -21% em 1993 e - 20% em 1994 (Relatório Económico de Angola 2011, p. 174).

A crise financeira interna e de pagamentos externos acentuou-se entre os anos 1996 a 1998, apesar de que neste período o preço do petróleo nos mercados internacionais ter apresentado registos positivos.

A estratégia global de saída de crise foi a resposta encontrada pelo governo angolano nos anos 1999/2000 para contrapor a queda da atividade económica, ajustar as despesas com a defesa e estimular o investimento privado.

Com os acordos de paz de Luena a 4 de Abril de 2002, em que Angola conhece finalmente a estabilidade social e política, abre-se uma nova perspetiva na economia de Angola. A Constituição da República de Angola, aprovada e promulgada a 5 de Fevereiro de 2010, reafirmou a consagração de uma economia de mercado onde o Estado tem o papel regulador do desenvolvimento económico nacional.

A atual Constituição de 2010 enumera alguns princípios económicos fundamentais sob os quais se alicerça a organização económica, financeira e fiscal, tais como:

- Livre iniciativa económica e empresarial (a exercer nos termos da lei).
- Respeito e proteção à propriedade e iniciativas privadas.
- Função social da propriedade.
- Redução das assimetrias regionais e desigualdades sociais.

No âmbito do seu papel regulador da economia, o Estado angolano aprovou em Janeiro de 2011, o quadro normativo das parcerias público-privado (Lei 2/11 das Parcerias Público-Privadas).

Ainda na perspetiva do seu papel propulsor do desenvolvimento económico e social aprovou um programa de fomento empresarial e foi promulgada a Lei n.º 30/11 das Micro, Pequenas e Médias Empresas, tendo encomendado um estudo sobre a “Caracterização do Sector Empresarial Privado Angolano”.

No domínio dos transportes, um grande investimento vem sendo feito pelo Estado angolano, com a recuperação das infraestruturas ferroviárias e reativação dos Caminhos de Ferro de Luanda, Caminhos de Ferro de Benguela e os Caminhos de Ferro do Namibe, bem como a reabilitação de inúmeras pontes e a asfaltagem de várias estradas que facilitam a ligação e o comércio por via terrestre pelo país.

6.5. As perspectivas atuais de desenvolvimento da economia angolana

6.5.1. A crise económica de Angola (2014 à atualidade)

Angola enfrenta na atualidade uma estagnação económica derivada da acentuada queda do preço do petróleo, principal matéria-prima de exportação, e que continua sendo a base significativa do PIB.

O petróleo representa atualmente 48% do PIB, 98% das exportações e 72% das receitas do Estado angolano (Jornal Angop, 2015). Com a queda do preço do principal produto de exportação e de receita fiscal para os cofres do Estado, Angola enfrenta uma grave crise económica. Esta vincula-se a toda atividade nacional, pois que o país vive quase na totalidade de importações incluindo o tão desejado desenvolvimento da agricultura nacional que depende de importações de sementes, adubos e fertilizantes. Porém, o executivo angolano continua apostando numa política de maior diversificação da economia para a libertação do petróleo-dependência.

Porém, a diversificação da economia não é compatível com a fraca competitividade nacional, pois que durante décadas a estabilidade e o crescimento económico esteve intimamente ligado ao elevado preço do petróleo (acima de 100 USD por barril), recurso que garantia o OGE angolano, descorando as outras áreas de produção nacional.

Comparando com a crise económica de 2008-2009, onde o preço do petróleo passará de 92 para 61 dólares por barril, no primeiro trimestre de 2016 atingiu o valor mínimo de 27 dólares por barril, tendo alcançado uma subida na ordem de 48 dólares por barril no 2º trimestre do mesmo ano.

Numa economia de mercado livre, inicialmente para estancar as importações e dinamizar a produção nacional o Estado aumentou as tarifas aduaneiras (aumentando as receitas fiscais) e restringiu quantitativamente a importação de determinados bens e desvalorizando a moeda no mercado informal e, conseqüentemente, inflacionando determinados produtos.

A situação agravou-se com as restrições de vendas de divisas no mercado oficial. Por exemplo, no mês de Janeiro de 2016, o dólar norte-americano transacionava-se no mercado oficial a 112 kz por dólar no informal transacionava-se a 260 kz por dólar. A inflação continuava atingindo no mês de Junho 670 kz por dólar tendo abrandado no mês de Julho para o máximo de 590 kz por dólar no mercado informal.

Voltando ao histórico do ano anterior, a previsão do Estado angolano fixava-se num crescimento em redor dos 9,7%, cotando o barril do petróleo bruto em 81% USD. Com a cotação do barril a 40 dólar no primeiro trimestre de 2015, houve a necessidade do executivo angolano em rever o OGE e reduzir as despesas públicas na ordem dos 33%. O OGE para 2016 assenta num preço de referência fiscal do barril de crude 45 dólares (Novo Jornal, 2016)

O OGE previsto para 30 mil milhões de kwanzas foi reduzido para 24 mil milhões de kwanzas até ao final do ano (Informação do Ministério da Finanças).

Na verdade o ano começara conturbado com o registo do preço do barril para menos de 28 dólares e fixando-se para menos de 50 dólares por barril no início do segundo semestre do mesmo ano.

Para o ano de 2016, a crise da cotação do petróleo reduziu a previsão do crescimento da economia angolana de 9,7% para menos de 4,4%, com o Banco Nacional de Angola a anunciar um decréscimo na ordem de 1%. Já os analistas do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola apresentam um crescimento na ordem dos 0,2 % (Relatório Económico de Angola, 2015).

taxa de câmbio média fixava-se, no início de 2015, acima dos 9%, ou seja, 112 kz por dólar, passando no primeiro semestre para 11%, ou seja, 126 kz por dólar. Num comunicado o Banco Nacional de Angola anunciou a desvalorização da moeda na ordem dos 20%, cujas implicações certamente se repercutirá numa maior inflação.

6.5.2. Perspetivas de aceleração da economia

A crise em Angola tem uma previsão a longo prazo pois que a mesma não se justifica única e exclusivamente a queda do preço do petróleo, ela também tem duas outras causas: a primeira, a fraca qualidade de supervisão dos bancos nacionais fez o Banco Central Europeu retirar Angola da lista de bancos seguros o que abalou a confiança de investidores estrangeiros e, a segunda, porque Angola foi colocada na lista negra das autoridades norte-americanas de países de risco de lavagem de dinheiro (branqueamento de capitais) e corrupção. Tal fato, diminuiu o investimento estrangeiro e a entrada de receitas estrangeiras.

Contudo, quantidade de bens e serviços produzida pela economia poderá aumentar 4% em 2016 (Relatório de fundamentação OGE 2016), mas seu valor vai

diminuir 3,8% em Kwanzas e 21% em dólares segundo o FMI (Relatório Económico de Angola, 2015).

O PIB nominal passa de 12462,3 mil milhões de kwanzas em 2014 para 12745,6 mil milhões de kwanzas em 2016, ou seja, um incremento nominal de 2,3% (muito inferior a taxa de inflação prevista de 11% correspondente, portanto, a uma diminuição real do poder de compra nacional (O diário “O País”, 2015).

Segundo as informações do Instituto Nacional de Estatística (publicadas a 12/07/2016), a inflação em Angola triplicou. Nos setores dos serviços, saúde e vestuário os preços dispararam 31% nos últimos 12 meses (Novo Jornal, 2016).

E no setor alimentar a inflação ronda os 150%, (constatação do autor/INE). Tenho como exemplo a comparação de preços no mês de Janeiro de 2016 onde os alimentos básicos de importação como o saco do arroz de 25 quilos custava 3000 kz o mesmo custa 9000 kz no mês de Julho, o saco de 25 quilos do açúcar de 3500 kz passou para 11000 kz no mesmo período, entre outros produtos como o óleo alimentar, farinha de trigo, etc.

Contudo, o Ministro das Finanças, em comunicado a Rádio Nacional de Angola, anunciara em Julho de 2016 que a taxa de inflação ascenderá à 20% no mês em curso. Contudo, o poder de compra diminuiu substancialmente no primeiro semestre de 2016 porque os salários não obtiveram um reajuste face a inflação, bem como o desemprego no setor privado aumentou devido ao abandono do país de diversas empresas estrangeiras por não se conseguir pagar os salários dos trabalhadores expatriados devido a dificuldade das transações cambiais para o exterior.

A transferência de capitais para o exterior para pagamentos de bens e serviços foram parcialmente congelados pelo Banco Nacional de Angola, limitando as importações de matéria-prima para as indústrias locais e os produtos agroalimentares, pois que Angola não produz o suficiente para a sua auto-subsistência.

Segundo os analistas da British Petroleum, no seu relatório de 2015, a crise económica que assola Angola na atualidade é principalmente derivada da crise petrolífera iniciada a Junho de 2014 e que a mesma declinar-se-á até 2035 (BP, 2015). Algumas medidas de austeridade foram tomadas pelo executivo angolano, pois que na madrugada do dia 1 de Janeiro de 2016 aumentou para 30% os preços dos combustíveis, reduzindo o subsídio dos derivados do petróleo como o da gasolina, do gás botano, do petróleo iluminante e lubrificantes. O gasóleo foi o único que deixou de ser subsidiado

pelo Estado (Comunicado do Ministério das Finanças reportado no noticiário das 20h da Rádio Nacional de Angola do dia 31 de Dezembro de 2015). A outra medida foi o congelamento da transferência de capitais para o estrangeiro, a desvalorização da moeda nacional o kwanza, uma revisão nos gastos com a função pública com o recadastramento dos funcionários públicos onde se detetou cerca de 55mil trabalhadores fantasmas em vários setores, cuja eliminação nas folhas salariais reduzirá as despesas públicas (em aproximadamente 5 mil milhões).

Acredito que se fazer uma redução no investimento dos projetos das grandes infraestruturas em curso e apostar-se, principalmente, nos setores da saúde, educação e agricultura, se melhorará a qualidade de vida dos cidadãos angolanos que enfrentam problemas de fraco poder de compra por causa da inflação, falta de medicamentos, difícil acesso ao crédito bancário, indisponibilidade de divisas para viagens ao exterior, inoperância dos bancos nas transações cambiais para o exterior, o aumento do desemprego.

Capítulo 7: Tratamento Metodológico para o Enquadramento do Tema “História Económica e Social de Angola” na Disciplina “História Social e Económica de Angola”, do 1º ano do Curso de Economia da Faculdade de Economia da UKB

7.1. Breve apresentação dos programas de HESA

Após uma análise do programa de História Económica e Social de Angola constatou-se que o mesmo é incipiente e carece de uma nova reformulação, o que vai de encontro aos resultados dos inquéritos aplicados aos estudantes do curso de Economia e aos docentes da instituição da Faculdade de Economia da UKB em Benguela. O mesmo se pode verificar nos programas da Universidade Jean Piaget Pólo de Benguela e do Instituto Superior Politécnico Maravilha, referentes à mesma disciplina (ver Anexo 1). Os conteúdos e a sua abrangência carecem de uma abordagem mais exaustiva e contextualizada. Ambos os programas têm temáticas diferenciadas. O da Universidade Pública UKB é mais completo na sua estrutura por apresentar, para além do sistema de conteúdos, outras componentes como a sistematização dos objetivos. O programa da Universidade Jean Piaget nos brinda apenas com o programa temático, o que por si só é de facto vazio e com pouca orientação metodológica.

7.2. Análise e Apresentação de Dados

Em conformidade com o problema formulado, os objetivos estabelecidos e o design metodológico, foi realizado o estudo de campo que consistiu na aplicação de instrumentos de recolha de dados que permitiram caracterizar a metodologia a ter em conta no adequado enquadramento do tema no programa em análise e, consequentemente, melhorar o processo de ensino-aprendizagem da História Social e Económica de Angola. Esta situação levou-nos a aplicar um inquérito a uma população de 45 estudantes matriculados no 1º Ano da especialidade de Economia na Faculdade de Economia da UKB de Benguela, curso regular, 4 professores universitários da mesma faculdade⁴, para termos uma ideia sobre a importância do tema, sobretudo na vertente académica. Daquela população de estudantes, foi selecionada de forma aleatória uma

⁴ Ver anexo 12: Fotos – Faculdade de Economia da UKB em Benguela, Estudantes na sala de aulas e Professor da disciplina.

amostra de 30 estudantes, correspondentes à 66,6%, sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. A opinião dos estudantes foi requerida pelo facto de ser o nível mais representativo e importante.

7.2.1. Análise dos Resultados do Inquérito Feito aos Estudantes⁵

O inquérito baseou-se em seis questões, conforme o quadro abaixo discriminado que refletem o grau de conhecimento dos estudantes sobre o tema.

1. Que conhecimento tem sobre a HESA?
2. A Disciplina HESA pode contribuir para o desenvolvimento de competências cognitivas aos estudantes do 1º Ano do Curso de Economia?
3. O programa da disciplina HESA, na sua opinião, responde às necessidades atuais do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem?
4. A atualização permanente dos conteúdos referentes aos fenómenos históricos da economia de Angola proporcionará no formando uma consciência histórica e patriótica?
5. Encontra dificuldades bibliográfica para o estudo da HESA?
6. Espera melhorias (atualizações) no programa de HESA?

Tabela 7 - Resultados das questões colocadas aos estudantes

Questões	Muito	%	Pouco	%	Nenhum	%	Total	%
1ª	12	40	16	53,3	2	6,6	30	100
2ª	26	86,6	4	13,3	0	0,0	30	100
3ª	9	30	16	53,3	5	16,6	30	100
4ª	27	90	0	0,0	3	10	30	100
5ª	25	83,3	0	0,0	5	16,6	30	100
6ª	29	96,6	0	0,0	1	3,3	30	100

Fonte: Elaboração própria.

⁵ Ver anexo 13: Modelo do inquérito.

O quadro acima apresentado demonstra-nos, na primeira questão, que o conhecimento que os alunos têm não é o mais desejável e que tais insuficiências são solucionáveis desde que se adotem novas técnicas e procedimentos didático- pedagógico e que devido à pertinência da disciplina esta poderá definir competências cognitivas nos alunos do 1ºAno de Economia, em concordância com as afirmações dos mesmos na segunda questão. Os mesmos alunos são de opinião que o atual programa responde pouco às necessidades atuais do processo de ensino-aprendizagem da disciplina HESA.

A quarta questão fortalece a necessidade que conteúdos cada vez mais atuais elevam não apenas o nível de conhecimento como proporcionam no aluno valores patrióticos e de cidadania.

A quinta questão é preocupante para os alunos, pois que a Biblioteca da Faculdade de Economia da UKB não está apetrechada de manuais que estejam diretamente ligados às diversas disciplinas do plano curricular e que a fonte mais frequente é a de sebatas disponibilizadas pelos professores.

A última questão revela-nos a ansiedade e espetativas que os alunos têm sobre a atualização dos programas curriculares nas diversas disciplinas do curso e muito particularmente com a HESA.

7.2.2. Análise dos Resultados do Inquérito feito aos Professores⁶

O inquérito baseou-se em cinco questões, conforme o quadro abaixo discriminado, que reflete o grau de domínio sobre o tema.

1. Gostas de lecionar a disciplina de História Económica e Social de Angola?
2. Encontra dificuldades no acesso a bibliografia para o ensino da disciplina em referência e consequentemente para o tratamento metodológico dos conteúdos do programa?
3. A Faculdade de Economia da UKB realiza periodicamente seminários metodológicos para a abordagem e discussão inerentes as disciplinas curriculares do Curso de Economia?

⁶ Ver anexo 14: Modelo do inquérito.

4. Acredita que a atualização permanente dos conteúdos sobre a História Económica e Social de Angola contribuirá para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da disciplina em referência?
5. Concorda que o programa atual da disciplina HESA carece de melhoria quanto aos já existentes sistemas de conhecimentos, de objetivos e de sugestões metodológicas?

Tabela 8 - Resultados das questões colocadas aos professores

Questões	Muito	%	Pouco	%	Nada	%	Total	%
1 ^a	2	50	2	50	0	0,0	4	100
2 ^a	4	100	0	0,0	0	0,0	4	100
3 ^a	0	0,0	0	0,0	4	100	4	100
4 ^a	4	100	0	0,0	0	0,0	4	100
5 ^a	4	100	0	0,0	0	0,0	4	100

Fonte: Elaboração própria.

A primeira questão do inquérito aplicado ao professor foi para testar o interesse que o professor tem sobre a atividade que exerce pois que este se reflete no resultado final do seu formando. A justificativa encontrada para os dois professores que pouco gostam de trabalhar com a disciplina HESA foi que a sua formação correspondia às áreas de Ciências da Natureza.

A segunda questão prende-se com as dificuldades de aquisição de bibliografia específicas, quer a nível de publicações existentes em manuais, quer até à consulta da internet, o que dificulta o próprio trabalho docente.

É reconhecido pelos docentes que se limitam apenas a cumprir com os programas emanados pelos órgãos superiores e que alguns esforços estão a ser feitos para que em breve se possa inverter este quadro.

A quarta questão revela-nos a unanimidade dos docentes quanto à necessidade de atualização periódica dos conteúdos, e consequentemente do programa de HESA, pois que esta deve ser uma aposta para a melhoria de ensino-aprendizagem.

A quinta questão, por unanimidade da resposta dos professores, vem sustentar a nossa proposta de programa curricular.

7.2.3. Análise e Interpretação dos Resultados

As motivações são poucas derivadas da pouca bibliografia existente quer na Biblioteca da Faculdade de Economia da UKB quer na internet e também do programa ser muito ambíguo fazendo com que cada docente adote estratégias individualizadas em dependência do material disponível encontrado, limitando, deste modo, o eficiente trabalho docente educativo. Dali a necessidade de se trabalhar mais de modo a procurar respostas às diversas dificuldades existentes, quer de âmbito institucional, quer no processo de ensino-aprendizagem. Tal facto repercute-se no aluno que se encontra, também, limitado na busca de informação atualizada, pois que o material didático disponível (fascículos) não satisfaz o ensino e a aprendizagem da disciplina HESA.

7.3. Fundamentação Metodológica

A educação como um processo de transformação social joga um papel fundamental na mudança de mentalidades por meio da formação de cidadãos com espírito crítico e construtivo que os torne participantes da coletividade, porquanto o verdadeiro cidadão é aquele que participa ativamente e de modo significativo no processo de transformação e desenvolvimento da sociedade onde está inserido.

O conhecimento da evolução socioeconómica e financeira, no seu processo em diversos períodos da sua história e sua vinculação com as características das relações internacionais com a chegada dos portugueses colonizadores nos finais do século XV, importante para compreender, não só, a situação económica recente de Angola, mas também o contexto sócio-histórico em que se desenrolou, uma vez ter sido o espaço geográfico de Angola⁷, um dos palcos preferenciais da colonização europeia.

Considerando esse pressuposto, na análise feita ao Programa da disciplina da História Económica e Social de Angola do 1º Ano Curso de Economia não contempla uma sistematização de conteúdos que abranja os mais diversificados temas sobre o processo socioeconómico angolano. Outrossim, constatamos também que o mesmo Programa não apresenta uma orientação metodológica clara para os diversos temas existentes, não apresenta uma orientação dos objetivos da disciplina, em geral, e de cada

⁷ Ver anexo 16: Angola – Informações histórico-cultural e Geográfica, Agenda BNA “30 anos de História”, 2006.

unidade, em particular. Desta feita, verificada a lacuna, sugerimos que se trabalhe num Programa específico e exequível para a especialidade.

A conceção adequada dos temas, como uma necessidade no âmbito do plano de estudo da História Social e Económica de Angola, a partir da importância que tem, preparará de forma eficiente os estudantes a assumirem um papel na mudança socioeconómica e política do país.

Assim, uma das principais preocupações dos professores em relação às novas gerações deve ser, pois, a sua formação, a educação patriótica, moral e cívica para que possam estar engajados de forma ativa e participativa na sociedade em que estão inseridos. O futuro da nossa sociedade está em boa parte nos exemplos do passado que sejamos capazes de cultivar nos mais jovens, a possibilidade que estes têm de participar nas transformações sociais, com uma profunda atitude crítica, criadora e científica, tomando como base toda a experiência transmitida pelas gerações anteriores de maneira consciente: os sentimentos patrióticos e nacionalistas, as tradições e legado histórico. Isto evoca um sentimento de confiança e otimismo para enfrentar os desafios do futuro e dar continuidade aos feitos que durante séculos tem prestigiado a nossa identidade socioeconómica e histórico-cultural.

Deste modo, o estudo da História cumpre com duas funções: (i) a **função ideológica** na qual a investigação das regularidades sócio-políticas deve identificar os caminhos e métodos apropriados para dar solução às tarefas da sociedade, tendo como princípio as constatações do passado. Também desenvolve o sentimento de identidade nacional por meio do estudo das funções sociais da História, na medida em que a função ideológica tem como objetivo propagar os conhecimentos históricos e com as lições daí tiradas, apoiar o desenvolvimento do sentimento patriótico, isto é, o passado histórico serve para construir uma mentalidade baseada no desenvolvimento da consciência histórica e (ii) a **função estratégica** que na base do temas apresentados, permite aquisição de conhecimentos científicos e práticos que ajudarão a compreender o universo, a sociedade e a interação com as demais sociedades, capacitando-nos de modo a analisar, auxiliar e perspetivar com bases sólidas a situação sociopolítica e económico-financeira atual.

Com base nos argumentos evocados, depreende-se que toda a conceção desta matéria se integra, se revela e se avalia através do comportamento e do desenvolvimento sobre o tema. Daí que este trabalho visa relacionar de forma objetiva, a luta do povo

angolano pela sua autonomia e independência, com as características resultantes de cada período histórico e sua influência na sociedade e economia angolana, concebendo-o como matéria de estudo no processo de ensino-aprendizagem da disciplina da História Económica e Social de Angola, e, especificamente, aprofundar o seu conhecimento, valorizar algumas das consequências ou efeitos mais importantes da sua história, identificando os fatos históricos que estiveram nesta base, de tal forma que esta monografia contribua na fomentação da pesquisa e divulgação da História Científica de Angola.

A disciplina da História Económica e Social de Angola que se ministra na Faculdade de Economia da UKB em Benguela, especificamente no 1º Ano do curso de Economia, deve expressar um ordenamento lógico e pedagógico do conteúdo para esse nível. Nesta ótica, quanto ao sistema didático se teve em conta um conjunto de princípios pedagógicos, designadamente:

1. Os objetivos devem evidenciar as ações mais gerais, tendo em conta as funções que desempenha a disciplina na formação dos estudantes e devem ser definidos em função da ação a realizar pelo estudante, com o conteúdo a assimilar e nas condições em que se vai realizar tal ação.
2. A estruturação dialética dos conteúdos em função do enfoque do sistema educativo, interrelacionando todos os seus componentes: conhecimentos, competências e valores.
3. Nos métodos ativos de ensino, a prioridade deve-se dar especialmente na argumentação, na importância e correta compreensão da relação entre o material e o ideal, para o estudo das diferentes formas da atividade humana. A aplicação de métodos adequados faz com que os estudantes analisem, atuem e pensem como seres ativos da sociedade.
4. Os meios de ensino devem ser concebidos como parte de um subsistema dentro do desenho metodológico da disciplina.
5. Deve-se privilegiar como forma de ensino o seminário, sem descorar também conferências e classes práticas, mas estes em número reduzido.

6. O sistema de avaliação deve ter como elemento regulador o trabalho ativo e sistemático do estudante e a realização de um trabalho inquiridor como parte da componente cientista que trabalha.

A utilização de bibliografia atualizada (recomenda-se a bibliografia específica constante no presente trabalho, entre outras).

Assim, propõe-se que seja incluída uma maior diversidade de temas nas 6 unidades existentes (apresentadas no anexo nº 1). Para tal, propomos a inclusão de temas existentes neste trabalho. Estes temas devem ser selecionados pelos professores que lecionam a disciplina. Contudo, a sugestão é que se trabalhe no seu todo, Nesta ordem de ideias, sugerimos que os temas sejam desenvolvidos cumprindo a ordem em seu sistema didático, tal como vem no índice do trabalho e que também se deve ter em conta alguns objetivos e sugestões metodológicas seguintes:

7.3.1. Sistema de objetivos

Sendo o objetivo uma descrição de um comportamento final observável e mensurável traçamos os seguintes objetivos com os quais o formando deve ser capaz de fazer no fim da ação de formação:

7.3.1.1. Objetivos Educativos:

Que os estudantes através desta temática sejam capazes de:

1. Valorizar os feitos das ações desencadeadas pelos angolanos nas várias etapas da sua história que culminaram com a proclamação da independência e a sua autonomia política e económica.
2. Demonstrar atitudes de respeito face as culturas diferentes das suas.
3. Promover a educação de cidadania com a fomentação e divulgação da história económica e económica de Angola.
4. Contribuir para que o futuro licenciado jogue um papel importante na educação cívico-moral e económica da sociedade em que se insere.

7.3.1.2. Objetivos Instrutivos:

1. Compreender as causas que estiveram na base dos processos socioeconómicos da sociedade angolana.
2. Explicar o processo histórico socioeconómico da colonização e descolonização de Angola.
3. Analisar as etapas deste processo.
4. Relacionar os acontecimentos socioeconómicos da sociedade angolana da pré-história à atualidade, utilizando conhecimentos históricos do passado.
5. Expressar o seu ponto de vista crítico na apreciação e interpretação de fatos históricos.

7.3.1.3. Objetivo de Desenvolvimento:

Desenvolver um pensamento dialético que permita a interpretação do contexto socioeconómico atual, a partir da criação de um compromisso individual e social que assumem os estudantes como cidadão africano e angolano.

7.3.1.4. Objetivos Específicos:

Deverão ser enriquecidos pelo coletivo de docentes que desenvolverão os diversos temas do programa, tendo em conta a realidade do contexto e a particularidade dos estudantes.

7.4. Ações a Desencadear pelos Professores com Vista à Atualização dos Conteúdos e Contribuir para o Desenvolvimento dos Estudantes

- Diagnosticar os conteúdos, objetos a utilizar, fontes, avaliação e preparação do docente para enfrentar o ensino-aprendizagem.
- Elaborar os objetivos a atingir, dos programas, unidades e aulas na base dos resultados determinados a partir do diagnóstico.
- Elaboração conjunta de uma proposta que responda ao projeto pedagógico com relação aos conhecimentos, competências e valores a transmitir e a formar.
- Análise e seleção dos principais aspetos do tema.
- Elaborar a dosificação.

7.5. Sistema de Trabalho do Coletivo Docente para Atingir o Modo de Atuação que Propicie o Desenvolvimento da Disciplina “História Económica e Social de Angola”

Para que o colectivo docente alcance de forma exitosa as ações preconizadas, no que diz respeito ao aprofundamento e domínio dos conteúdos programáticos por parte dos estudantes, deve-se ter em conta a execução das seguintes tarefas:

1. Avaliar o conhecimento que os docentes têm sobre determinado tema e determinar as principais dificuldades que se revelam no desenvolvimento e conhecimento do mesmo.
2. Realização de reuniões metodológicas (seminários, conferências) que permitam debater os principais problemas que se manifestam nos professores e nos estudantes.
3. Debate com o coletivo docente e estudantes, com vista ao aperfeiçoamento de estratégias que permitam superar vários problemas que afetam o ensino-aprendizagem da História Económica e Social de Angola.

7.6. Sistema de Competências que os Estudantes devem Atingir ao Terminar o Ano Letivo

7.6.1. Competências relacionadas com conhecimentos fatuais:

1. Identificar os diversos processos socioeconómicos de Angola (da Pré-história à atualidade).
2. Caracterizar o sistema colonial em África, em geral, e Angola, em particular, com destaque para a colonização portuguesa.
3. Descrever os principais factos históricos que proporcionaram o surgimento e desenvolvimento da economia em Angola.
4. Valorizar o processo de luta contra a escravidão e a exploração colonial desencadeado pelos angolanos até ao alcance da independência nacional e autodeterminação económica.

7.6.2. Competências relacionadas com conhecimentos concetuais:

1. Definir os conceitos de Economia, Mercado Livre, Economia planificada, período mercantilista, etc.
2. Dominar termos históricos.

7.6.3. Competências referentes a conhecimentos relacionais:

1. Explicar a relação causa-efeito da economia nas sociedades angolanas (reinos) sob jugo colonial.
2. Diagnosticar as características da economia colonial.
3. Comparar a economia de Angola pré-colonial, colonial e pós-independência.
4. Nível de assimilação produtivo, pois que por si só o estudante deve descobrir a relação existente entre as diversas características ocorridas no mundo inteiro, ou seja, o que de comum existe, como por exemplo, o processo de colonização e sua influência na sociedade angolana e outras sociedades africanas, o processo de descolonização e das independências em África e sua influência nas economias.
5. Compreender que as guerras coloniais procuravam, na sua maior parte, responder as necessidades contextuais de cada sociedade.

7.7. Sistema de Valores

Toda a ação realizada pelo professor pode ser objeto de valoração pelos estudantes. Daí afere-se que o estudante seja um sujeito ativo dentro do processo docente-educativo que persegue a sua transformação. Só assim se pode formar valores, uma vez que o aspeto espontâneo no propósito desta formação, deve ser substituído pelo trabalho consciente e sistemático de todo o coletivo de professores que num espaço e tempo determinados atuam sobre o estudante.

Assim, as aulas de História de Angola podem contribuir para formar no estudante os seguintes valores:

1. Espírito crítico (os estudantes utilizarão uma abordagem objetiva nas críticas dos factos históricos, na sua auto-avaliação e na avaliação dos colegas).
2. Justiça (o estudante compreende e aceita as suas limitações e a dos seus colegas, de modo a auto superar-se).

3. Respeito (aceitar as ideias e opiniões diferentes das suas).
4. Responsabilidade (comportamental e laboral, aceitando e efetuando todas as atividades programadas pelo professor, colegas e instituição que frequenta).
5. Honestidade (não plagiar e tão pouco cometer fraudes).
6. Sensibilidade (respeitar e admirar as diversas realizações histórico-culturais, económicas e científicas dos povos em diferentes épocas históricas, comparando-as num sentido crítico construtivo).

7.8. Sistema de Métodos

O método é definido como o caminho, a forma como se desenvolve o processo para alcançar determinado objetivo, isto significa que o professor deve escolher uma via para alcançar o objetivo de modo mais eficiente. Se identificarmos o processo com a atividade o método é a ordem, a consecução das atividades que executa o estudante para aprender e o professor para ensinar. É a forma de orientação do processo da atividade para obter a comunicação entre o professor e o estudante.

Para o trabalho pedagógico tem que se priorizar a utilização de métodos que tendam a desenvolver a elaboração conjunta e o trabalho independente, combinando o reprodutivo, o produtivo e o criativo.

No tratamento metodológico, inclui-se uma combinação de métodos entre os quais se mencionam o problemático, o de elaboração conjunta, o inquiridor e o expositivo. Far-se-á referência às principais características destes métodos. De salientar ainda que estes são classificados segundo as posições do professor, do aluno, da disciplina a lecionar, e mesmo a organização escolar. Classificam-se ainda tendo em conta a forma de raciocínio, coordenação da matéria, concretização do ensino, sistematização da matéria, atividades do aluno e abordagem do tema em estudo. São aplicáveis ainda muito de acordo com as condições materiais da escola, a perícia e a experiência do docente.

Para maior eficácia do ensino, é necessário que o professor conheça e domine vários métodos e técnicas de ensino que vai empregar em sua aula. Os métodos a aplicar também estão relacionados com os objetivos a atingir, aliás, estes devem variar em função não só dos objetivos mas das condições atrás apontadas.

Atendendo as considerações expressas anteriormente, selecionou-se a seguinte classificação dos principais métodos a utilizar no processo de ensino-aprendizagem do tema:

- a) **Método Expositivo:** é o mais aplicado nas nossas instituições de ensino, pela sua «economia, flexibilidade, versatilidade, rapidez e ênfase no conteúdo no processo de ensino-aprendizagem.

Principais características:

1. Requer grande atividade do docente e uma atitude de aprendizagem recetiva do estudante.
2. É aplicado para dar grande quantidade de matéria em pouco tempo de aula.
3. Possibilita potencializar o efeito educativo da função do docente e o desenvolvimento da capacidade de assimilação racional de conhecimentos por parte dos estudantes.
4. É ainda aplicado quando o docente pode apresentar várias ideias diferentes sobre um mesmo assunto.

Requisitos para a sua boa aplicação:

Exige a utilização dos seguintes meios de ensino: lâminas, gráficos, mapas, modelos, esquemas, filmes (documentários), etc.

- b) **Método Heurístico:** consiste numa série de procedimentos em que o professor leva o estudante a compreender antes de fixar os conteúdos, implicando justificativas lógicas e teóricas que podem ser apresentadas pelo professor ou investigadas pelo estudante, sendo-lhe permitido discordar ou exigir justificativas para que o assunto seja aceite como verdadeiro.

Principais características:

1. Permite uma maior aproximação do estudante daquilo que é a solução dos problemas. Se os conhecem previamente, executam os diferentes passos da solução e etapas da investigação.
2. O docente apresenta os passos da solução da tarefa, investigação e a decompõe em subproblemas.

3. O estudante resolve as suas tarefas de forma independente.
4. Faz com que os estudantes manifestem características criadoras.

Requisitos para a sua boa aplicação:

1. Análise dos problemas.
2. Formulação de perguntas sobre o conteúdo exposto.
3. Diferentes conclusões a partir dos factos apresentados.
4. Enunciamento das supostas hipóteses.
5. Elaboração de um plano de comprovação.
6. Decomposição de uma tarefa complexa numa série de outras tarefas de menor complexidade e que levem à primeira.
7. Correta organização da conversa heurística.

c) Método de Trabalho Individual: consiste em aplicar técnicas que levem o professor a atender as diferenças individuais que se registam num grupo de estudantes de uma turma. É um trabalho escolar ajustado ao educando por meio de tarefas diferenciadas do estudo dirigido, ficando o professor mais à disposição do educando para orientá-lo nas suas dificuldades. É vantajoso porque permite a exploração máxima das possibilidades dos estudantes, porém, se torna desvantajoso pelo facto de não permitir um trabalho em grupo.

Principais características:

1. Permite uma atividade produtiva ativa dos estudantes diante da aprendizagem.
2. É um meio de expressão do grau de auto-atividade alcançado pelos estudantes e um meio para se continuar o desenvolvimento do trabalho individual.
3. Pode empregar-se quando os estudantes já conseguem por si sós coordenar corretamente as suas tarefas ou atividades.

Requisitos para a sua boa aplicação:

1. O docente deve fazer a seleção correta dos conteúdos (aulas) em que o método se pode tornar mais eficaz, antes de o aplicar.
2. O docente deve avaliar o grau de dificuldade que o conteúdo pode oferecer.
3. Exige adequação dos meios de ensino ao conteúdo.

d) Método Explicativo – Ilustrativo:

Principais características:

1. Emprega os diferentes meios de informação e fontes, como a palavra oral, escrita e objectos naturais.
2. A atividade dos estudantes centra-se no esforço para a percepção, compreensão e memorização, indispensáveis para a encaminhar a um determinado objetivo.

Requisitos para a sua boa aplicação:

1. Exige que o docente utilize com mestria os meios, formas de execução do trabalho e outros métodos tradicionais como o Explicativo, o Expositivo, e procedimentos como a utilização correta de manuais, laboratórios, etc.
2. Exige uma grande quantidade de trabalhos práticos, gráficos, objectos naturais, ou suas representações simbólicas.

e) Método de Exposição Problemática

Principais características:

1. O docente apresenta aos estudantes um problema que ele mesmo o resolve, porém, durante este processo mostra as vias para essa solução nas suas contradições.
2. Os estudantes seguem mentalmente a lógica da solução e assimilam integralmente as etapas dessa solução.

Requisitos para a sua boa aplicação:

1. Requer a apresentação prévia do problema.
2. Explicação das hipóteses.
3. Estruturação mental de experiências.
4. Derivação de conclusões.
5. Verificação dos resultados reais.
6. Revelação dos passos, vias e lógica para a solução apresentada.

7.9. Forma de Ensino

As formas do processo docente – educativo podem-se classificar em académica e trabalhista. Entretanto, pela importância que possui a investigação científica, reconhece-se como uma terceira forma do processo docente-educativo, a qual possui suas próprias formas organizativas.

Para que sejam alcançados os objetivos preconizados projetam-se, conferência, classe prática, seminário e trabalho inquiridor como formas de ensino.

A conferência está concebida para combinar o Método Expositivo com o de Elaboração Conjunta mediante o uso de técnicas participativas.

A aula prática, através da qual o estudante desenvolve: competências relacionadas com a consulta bibliográfica, extração de ideias centrais, elaboração de resumos, discussão de pontos de vista, receção de critérios e pontos de vista de outros membros do coletivo, desenvolvimento do consenso, desenvolvimento de diversos papéis, etc.

É no seminário onde o estudante, de forma oral, defende as suas ideias, individual ou coletivamente, como resultado de um trabalho de profundidade bibliográfica ou de investigação, mediante consulta de peritos, aplicação de pesquisa ou outras técnicas de obtenção de dados.

7.10. Sistema de Meios de Ensino

Os meios de ensino são considerados como vias através dos quais se manifesta o método, isto é, portadores material do método.

Os meios que se propõem estão em função das complexidades do conteúdo que se vai abordar. É preciso que seu uso seja adequado para que contribua com êxito a atingir o fim proposto.

Os meios a utilizar podem ser:

1. Transparência no desenvolvimento das conferências ou outras formas que o requerem.
2. Vídeos, para apresentar um fenómeno da realidade e debatê-lo.
3. Rádio cassete para transmitir a mensagem desejada.
4. Cartazes, que recolhem informação necessária para determinadas atividades.
5. Mapas.
6. Quadro.
7. Textos.
8. Internet

7.11. Sistema de Avaliação

O principal fim do ensino é transformar o comportamento do estudante em determinadas direções estabelecidas pela escola e pelo professor. Estas direções, correspondem aos objetivos educacionais. Para sabermos até que ponto estes objetivos estão a ser atingidos temos que avaliar. «Este processo envolve duas etapas fundamentais:

1. Identificar e definir os objetivos educacionais;
2. Construir ou seleccionar os instrumentos de avaliação que melhor possam testar a consecução dos objetivos» (Proença , 1992, p. 144).

Portanto, como componente do processo docente-educativo, a *avaliação* dá a medida para que o aprendido pelo estudante se aproxime do objetivo proposto. Ela deve ser também contínua e sistemática, tendo em conta a assistência, participação e

desenvolvimento dos estudantes durante os debates e em correspondência com os níveis de assimilação, pode ser reprodutiva ou produtiva.

Considerando o carácter formativo que deve ter a avaliação, propomos que no caso concreto da disciplina em estudo, os docentes tenham em conta não apenas os conhecimentos adquiridos pelos estudantes, mas vários outros pressupostos importantes que devem contribuir para uma avaliação mais efetiva, justa e verdadeiramente formativa.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Economia de Angola pré-colonial apresentava características de economia de subsistência adaptada à estrutura social e política dos reinos tradicionais que na sua maioria eram nómadas. Por volta do século XIII forma-se em Angola o Reino do Congo, com uma estrutura social e política do tipo federativo que apresentava uma economia muito forte com a inclusão de uma moeda comercial devido à complexidade do volume de negócios na região da bacia do Congo e do baixo Congo (mais especificamente o atual norte de Angola). Tais atividades comerciais fizeram prosperar a região e, conseqüentemente, a existência de Estados vassalos.

As guerras internas (intertribais) deterioravam a situação social e económica das recém sociedades criadas, o que enfraqueceu as soberanias locais e permitiu a penetração europeia em África e uma forte viragem no desenvolvimento económico de Angola.

Antes da chegada dos europeus ao continente africano, a escravidão já tinha certa importância económica. Além de assumirem as mais diversas atividades, o escravo tinha outra importância que consistia na forma pela qual era obtido e reabastecido (Norte de África e Médio Oriente). Como já foi dito, muitos Estados africanos viam a guerra como a principal forma de sua subsistência. Em muitas regiões da África essa guerra era premeditada, o que nos mostra que havia toda uma preparação por parte desses reinos, onde muitos possuíam exércitos permanentes para tal atividade.

As relações comerciais entre Angola e Portugal, que de início baseavam-se na igualdade e respeito mútuo, enfrentam uma degradação consubstancial com a fomentação do exclusivo comércio de escravos e a fraca produção interna, estando os estados africanos dependentes da importação de produtos da Europa e América.

A economia angolana até aos anos 60 do século XX assentava numa lógica puramente colonial, exportava em bruto matérias-primas e importava de Portugal produtos transformados. Entre os produtos exportados estavam o café (4º produtor mundial), diamantes (4º produtor mundial) e os minérios de ferro.

No período da guerra colonial (1961-1974) assistiu-se em Angola a vários investimentos e uma relativa autonomia da economia nacional com relação a Portugal. No período de 1960 a 1974 a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 7,8%,

segundo os dados do Banco Mundial e, a partir de 1972, a exportação do petróleo supera a exportação do café.

Após a independência, o ascendente crescimento económico de Angola é interrompido com a eclosão da guerra civil (1975-1991), tornando-se um dos países mais pobres do mundo. Angola fica fortemente dependente da exportação do petróleo. A recuperação económica faz-se sentir a partir do ano 2002 com o fim do conflito armado desencadeado após o ato eleitoral de 1992.

Pelo disposto constatámos que, no período colonial, quase não existia atividade empresarial desenvolvida pelo Estado. Após a proclamação da independência do Estado angolano em 1975, e com a fuga de grande parte dos proprietários e especialistas de empresas bem como de investidores, o sector empresarial conheceu um declínio. Para fazer face a esta situação, o Estado angolano criou um instrumento jurídico, nomeadamente a Lei 3/76 - das nacionalizações e confiscos, através da qual o Estado ganhou o direito de propriedade sobre as empresas que tinham sido abandonadas.

Entretanto a filosofia da economia planificada e excessivamente controlada pelo Estado em termos de ter sido apenas ele a determinar o que produzir, como produzir e para quem produzir, tornou a atividade empresarial ineficiente e longe da competitividade. A constituição angolana de 1991, abre caminho a uma nova era da história política de Angola com a implementação do multipartidarismo e das primeiras eleições democráticas, provoca uma transformação radical na economia de mercado livre até então controlada pelo Estado.

Apesar do atual contexto económico angolano ser de estagnação, o executivo angolano entende que o mesmo apresenta uma oportunidade para a diversificação da economia, com prioridade para a agricultura e a indústria transformadora. Contudo, a escassez de divisas dificulta tal desiderato, porque o consumo nacional é suportado pelas importações e a produção nacional carece de matéria-prima. Todavia, o desafio está lançado e os resultados serão a longo prazo.

O bem fundado desta intervenção económica do Estado na economia angolana pode então ser definido através do estudo do seu impacto no desenvolvimento do País e do bem-estar dos angolanos, tarefa que julgo que as instituições universitárias do País, os seus académicos e todos os que se interessam pelo País e pelo Continente Africano, continuarão a ter entre as suas linhas de estudo e investigação.

Em resultado dos inquéritos aplicados aos alunos, concluímos que o nível de conhecimento dos mesmos sobre a história económica e social de Angola é deficitário, onde se podem apontar como causa primordial as lacunas flagrantes que os programas apresentam, opinião corroborada pelos docentes da Faculdade de Economia da UKB que lecionam a referida disciplina, acrescentado outro fator como a escassez bibliográfica existente na Biblioteca da mesma universidade.

Para dirimir tal situação, apresentou-se neste trabalho uma proposta de um novo programa temático e um leque de sugestões metodológicas que com a sua aplicabilidade podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de HESA. A nossa proposta foi submetida à avaliação dos docentes que lecionam a disciplina de HESA na Faculdade de Economia da UKB, cuja apreciação foi favorável, aguardando a aprovação final pelo conselho científico da UKB e a sua implementação no ano letivo académico de 2017.

Nesse sentido, estabelecemos o seguinte conjunto de **recomendações**:

1. Que os temas e/ou conteúdos apresentados neste trabalho sejam adaptados ao programa de História Económica e Social de Angola do 1º ano do Curso de Economia. A pretensão é de contextualizar os currículos.
2. Prosseguir com a sistematização e atualização permanente dos estudos relativos ao tema da História Económica e Social de Angola, visando esclarecer os aspetos ainda confusos, especialmente por questões políticas e que têm a ver com decisões e acontecimentos importantes.
3. Que se realizem debates metodológicos entre professores e alunos da Faculdade de Economia da UKB e outras instituições universitárias de Benguela e não só para que se fomente o estudo científico da História Económica e Social de Angola.
4. Que se promovam debates, palestras e seminários como formas de ensino da cadeira HESA para além das aulas expositivas.
5. Que os resultados e as recomendações constantes na proposta deste trabalho sejam aplicadas na ciência económica de Angola.
6. Que se continue com a investigação porque esta obra não esgota os assuntos inerentes a HESA.

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, António Miguel – “História de Angola” - Texto de Apoio, Benguela, 2002
- Birmingham, David - “A Conquista Portuguesa de África”, Porto, 1974
- British Petroleum – “Statistical Review of World Energy”, June 2011
- British Petroleum – “Statistical Review of World Energy”, November 2015
- Carvalho, Filipe Nunes, “Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. prolegómenos do inferno”. Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam, Revista da Faculdade de Letras - História, vol. I, pag. 233-248, 1996
- Costa, Paulo Ângelo Sousa – “História Geral de Angola” - Texto de Apoio, Benguela, 2012
- Costa, Paulo Ângelo Sousa – “História Geral de Angola” - Texto de Apoio, Benguela, 2016
- Gonçalves, Jonuel – “Questões sobre a História Económica de Angola – da Fundação de Luanda ao começo do ultra-colonialismo” – Mayamba Editora, Luanda, 2011a
- Gonçalves, Jonuel – “A Economia ao longo da História de Angola” - Mayamba Editora, Luanda, 2011b
- Heintze, Beatrix - "The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century", Revista de História Económica e Social. Nº. 6, p. 57-88, Lisboa, 1980
- Kizerbo, Joseph – “História da África Negra”, Vol I, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999
- MPLA – “História de Angola” - Edições Afrontamento, 1965
- MPLA – “Contribuição a História Económica de Angola”, Edições Afrontamento, 1973
- Neto, A.M. – “Industrialização de Angola, Reflexão Sobre a Experiência da Administração Portuguesa (1961-1975)” - Escher, 1991
- Ngonda, Lucas Benghy – “História Económica e Social de Angola”, Texto de Apoio, Luanda, 2008
- Pantoja, Selma – “Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão”, São Paulo, 2000
- Proença, Maria Cândida – “Didáctica da História” - Universidade Aberta, Lisboa, 1992

Relatório Económico de Angola 2011 – Centro de estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Texto Editores, Luanda 2012

Relatório Económico de Angola 2015 – Centro de estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Texto Editores, Luanda 2016

Rocha, Manuel José Alves – “Angola: Estabilização, Reformas e Desenvolvimento”, LAC Edição, Luanda, 1999

Setas, António- “História do Reino do Kongo” - Editorial Nzila, Luanda, 2007

Teixeira, Carlos – “A Intervenção do Estado na Economia de Angola” - Seminário Permanente Sobre o Estado e o Estudo do Direito (SPEED) na Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa, Maio de 2012

UNICEF – “Relatório sobre as Implicações Sociais no Ajustamento Estrutural em Angola”, 1989

Valentim, Alexandre e Dias, Jill - “O Império Africano: 1825-1890” - in “Nova História da Expansão Portuguesa” - Editorial Estampa – Lisboa, 1998

Valério, Nuno e Fontoura, Maria – “A Evolução Económica de Angola durante o Segundo Período Colonial - Uma Tentativa de Síntese”, Lisboa, 1994

Sítios da Internet e outras fonte:

www.perolasdeangola.com.ao

www.novojornal.com.ao

www.kongodiantontela.com/news/o-estado-feudal

<http://lerletras.up.pt/uploads/ficheiros.pdf/>

Angop

Diário “O País”

Rádio Nacional de Angola

ANEXOS

Anexo 1- Programa da Disciplina História Económica e social



Universidade Katavala Bwila

Faculdade de Economia

Telefone 272236598 – Telefax 272236598

Rua José Falcão nº 67

Caixa Postal 1725 – Benguela, Angola

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA TEMÁTICO E ANALÍTICO DE “HESA”

(PLANO DE ENSINO)

I – DESCRIÇÃO

Cadeira: *HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL DE ANGOLA*

Ano lectivo: 2014

Duração lectiva da cadeira: Um semestre (1º Semestre)

Caracterização: Nuclear

Carga Horária: 60 horas

Tipo de Aulas: teóricas e práticas

Curso/Especialidade: Economia, Gestão de Empresas e Contabilidade e Auditoria.

Modalidade/Finalidade: Licenciatura em Economia, Gestão de Empresas e Contabilidade e Auditoria.

Ano do Curso: 1º

Regime Académico: Regular e Pós-laboral

Docente: José Victorino Cristiano Do Rosário, MSc.

INTRODUÇÃO

A História Económica e Social de Angola é uma disciplina que estuda os factos económicos e sociais mais relevantes da produção material e espiritual da sociedade Angolana em cada época, munindo assim o futuro profissional com conhecimentos sólidos acerca dos fenómenos sociais e suas explicações económicas. Identifica o tipo de organização sócio-económica, política e cultural nos distintos períodos do processo histórico, o modo de produção, o volume da produção, as circunstâncias.

É ainda da competência da HESA analisar questões como: Que factores políticos, sociais influenciaram a produção, distribuição e consumo de bens ao longo das diferentes etapas. Aprender as relações causais entre os factos históricos e sua repercussão na economia. Ordenar os factos históricos de acordo com um padrão ou lógica.

O mérito do bom economista consiste certamente em fazer uma interpretação da realidade económica e social que lhe circunda e em função disso dar soluções aos problemas de curto médio e longo prazo com uma grande capacidade de abstracção e rigor científico sem descurar do princípio segundo o qual o sucesso do passado pode ser compreendido e adaptado a situações presentes. Isto nos remete para a importância e contributo da História; isto é, que o Contabilista, o auditor ou mesmo o economista actue com prévio conhecimento da trajetória e do passado da sociedade ou da empresa em que actua. A cadeira de HESA é por si mesma multifacética e pluridisciplinar nas suas abordagens. Permite ao estudante a aquisição de uma base sólida de conhecimentos que o potenciará nos anos seguintes da vida académica bem como na vida profissional a solucionar as mais adversas situações. Por conseguinte, a HESA está incluída no plano curricular das três Especialidades existentes na Faculdade de Economia. O conteúdo programático está organizado em seis Unidades que são: A primeira Unidade Introdutória que delimita o objecto da HESA como sendo os factos económicos e sociais mais relevantes da produção da sociedade Angolana em cada época. Neste capítulo procura-se evidenciar a importância da História e abordar aspectos metodológicos. A segunda Unidade Aborda de forma detalhada a emergência da colonização europeia seu contexto, evolução do conceito de colonização. Esta unidade se interliga à terceira unidade a qual analisa com algum pormenor o O Período da penetração e ocupação europeia da África. A quarta unidade A Economia de Angola depois da abolição do tráfico de escravos transatlântico. Já a quinta Unidade O pensamento económico do Estado novo. Finalmente a sexta unidade aborda o Advento da independência nacional. Os objectivos desta última unidade são: Descrever a conjuntura política e económica de Angola aquando da independência nacional. Demonstrar as razões de Angola ter optado por um sistema de Economia centralizada e como posteriormente adoptou a Economia de mercado e Apresentar uma resenha Histórica sobre a luta armada para libertação nacional

II- OBJECTIVOS DA DISCIPLINA

- II. 1. Objectivos Gerais:

Visa o estudo dos factos mais relevantes da produção material do Homem como ser gregário que actua sobre a vida em comunidade do destino dos povos, no trabalho, nas artes, nas técnicas, nas indústrias e nas trocas recíprocas entre povos e culturas.
- 2. Objectivos Específicos:
 - Levar o estudante a ter o domínio dos ciclos económicos percorridos ao longo dos períodos da História, bem como compreender toda a conjuntura envolvente neste processo Histórico.
 - Capacitar o estudante com ferramentas que o permitam fazer a leitura dos factos com espírito crítico; Relacionar, outrossim, os acontecimentos económicos mundiais e seu impacto na Economia Nacional ao longo dos tempos.
 - Transmitir conhecimentos sobre a maneira como se processaram as transformações da sociedade angolana, sua formação económica.
 - Habilitar o estudante de Economia, Gestão de Empresas e Contabilidade a articular-se com facilidade no conjunto de fenómenos económicos, sociais e políticos de cada época.

INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A avaliação de conhecimentos é feita de duas avaliações contínuas no mínimo e um trabalho de investigação científica.

- Mediante provas de exames final em época normal, época de recurso e época de recuperação (época especial), conforme prevê o Artigo 49 do Regime Académico da UKB.

1 – Funcionamento das aulas

As aulas teóricas serão essencialmente de exposição da matéria. As dúvidas que ocorram por parte dos estudantes no decurso das aulas, poderão ser colocadas de imediato, por estes, não obstante ao facto de se tratar de uma aula teórica ou uma aula teórico-prática.

2 – Atendimento aos estudantes

O docente encontra-se disponível para esse fim nos seguintes dias e horários:

-2ª feira e 6ª feira: depois das aulas (dos três turnos)

Como é natural, o horário de atendimento não limita o tempo que o docente tem disponível para o atendimento aos estudantes, porquanto estes poderão procurar o docente em qualquer altura e, desde que seja possível, os estudantes poderão ser prontamente atendidos. Caso isso não seja possível, poderão ser definidos/acordados outros dias e horários de atendimento considerando a disponibilidade de ambas as partes.

PROGRAMA TEMÁTICO:

Unidade	Tema	Horas			
		Teóricas	Práticas	Teórica - práticas	Total
I	Introdução à HESA	6	-	-	6
II	A História Económica de Angola no contexto Africano	5	-	5	10
III	O Período da penetração e ocupação europeia da África	7	2	3	12
IV	A Economia de Angola depois da abolição do tráfico de escravos transatlântico	8	2	-	10
V	O Pensamento Económico do Estado Novo	10	-	2	12
VI	O Advento da Independência Nacional	10	-	-	10
	TOTAL	46	4	10	60

PROGRAMA ANÁLITICO

Unidade I: Introdução à HESA

Objectivos específicos:

1. Delimitar o objecto de Estudo da HESA e identificar os seus aspectos fundamentais
2. O estudante deve ser capaz de compreender a importância da HESA
3. Conhecer aspectos metodológicos da HESA

Conteúdo Programático da Unidade

- 1.1 - Orientação metodológica:
- 1.2 – A história Económica e Social: Definição,
- 1.3 – A África em História económica,
- 1.4 - Importância da História económica.
- 1.5 – Os Ciclos Económicos de Angola
- 1.6 - Porquê Estudar a HESA na FE

Unidade II .A História Económica de Angola no contexto Africano

Objectivos específicos:

- 1. Perceber o lugar da HESA no contexto africano
- 2. Explicar o fenómeno da colonização e suas causas bem como analisar o seu impacto na Economia Angolana
- 3. Analisar a problemática da partilha da África pelas potências coloniais

Conteúdo Programático da Unidade:

- 2.1 - Emergência da Colonização Europeia
- 2.2 - As seis Etapas de penetração e ocupação europeia
- 2.3 - A África de fronteiras
- 2.4 - O Estatuto das Economias africanas no Contexto da colonização

Unidade III: Período da penetração e ocupação europeia da África

Objectivos específicos:

- 1. Compreender as causas da presença europeia no continente africano no contexto do mercantilismo
- 2. Conhecer as causas e o impacto do tráfico de escravos na Economia angolana
- 3. Analisar as motivações da abolição do tráfico de escravos transatlântico

Conteúdo Programático da Unidade:

- 3.1 - O mercantilismo na Europa e a exploração da África
- 3.2 - O comércio europeu em África
- 3.3 - O tráfico de escravos transatlântico
- 3.4 - As doutrinas defensoras da escravatura
- 3.5 - As doutrinas abolicionistas e o fim do tráfico de escravos

Unidade I V: A Economia de Angola depois da abolição do tráfico de escravos transatlântico

Objectivos específicos:

1. Apresentar o novo modo de produção decorrente da exploração capitalística de Angola pelos colonizadores
2. Demonstrar o papel dos nativos na Economia colonial
3. Apresentar a evolução do povoamento branco em Angola e perceber o conceito de lusotropicalismo.

Conteúdo Programático da Unidade:

- 4.1 - As guerras de ocupação do território
- 4.2 - A questão do povoamento branco de Angola
- 4.3 - A política de fixação de colonos em Angola
- 4.4 - Os Nativos na Economia colonial.

Unidade V: O pensamento económico do Estado novo

Objectivos específicos:

1. Analisar a influência que o Estado Novo em Portugal teve nas colónias
2. Compreender o que foi então o Estado Novo na Economia colonial portuguesa
3. Que os estudantes sejam capazes de compreender o conceito de corporativismo à luz do pensamento do Estado Novo.

Conteúdo Programático da Unidade:

- 5.1 - O que foi o estado novo na Economia colonial portuguesa?
- 5.2 - A Economia Corporativa do Estado Novo
- 5.3 - A integração das colónias no espaço português

Unidade VI: O Advento da independência nacional

Objectivos específicos:

1. Descrever a conjuntura política e económica de Angola aquando da independência nacional
2. Demonstrar as razões de Angola ter optado por um sistema de Economia centralizada e como posteriormente adoptou a Economia de mercado
3. Apresentar uma resenha Histórica sobre a luta armada para libertação nacional

Conteúdo Programático da Unidade:

- 6.1 - A herança Colonial
- 6.2 - A economia centralizada do estado patrão
- 6.3 - As mutações sociais e a transição da economia de mercado

Bibliografia:

Bibliografia de base:

- Texto de Apio:

DILOLWA Carlos Rocha, Contribuição a História Económica de Angola, Luanda 1978.

Apontamentos:

NGONDA Lucas Benghy, História Económica e Social de Angola, 2ª Edição, Luanda, 2008.

GONÇALVES Jonuel, A Economia ao longo da História de Angola, 1ª edição, Luanda 2011

Bibliografia complementar:

AMARAL Ilídio do – Aspectos do povoamento Branco em Angola, Lisboa ,1960

ANDRADE Mário, e Oliveira Marc, La Guerre en Angola-Études socio-economiques,Ed. Francois Maspero, Paris, 1971.

BOAVIDA Américo, Angola, Cinco séculos de exploração, Luanda, UEA

GUERRA Henrique, Angola, estruturas económicas e sociais, UEA, Luanda 1988.

Centro de Estudos e Investigação Científica, 2012, Relatório Económico de Angola 2010, Universidade Católica de Angola, Luanda

O Docente

José Victorino Cristiano do Rosário

Data: _____/_____/2014.

O Chefe do DEI

Vikeia Cambulo



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO MARAVILHA
FACULDADE DE ECONOMIA
BENGUELA

LECENCIATURA EM ECONOMIA TRONCO COMUM

1º ANO

Disciplina: HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL DE ANGOLA

Tema: Semestral	Modalidade: Teórica	Carga horaria: 60
-----------------	---------------------	-------------------

INTRODUÇÃO

OBJECTIVOS

Orientações metodológicas:-Definição da História económica e social;-O Método em História económica e social;-A Importância da História económica e social de Angola

O Objectivo fundamental : É o estudo dos factos mais relevantes da produção material do Homem como ser gregário que actua sobre a vida em comunidade do destino dos povos, no trabalho, nas artes, nas técnicas, nas indústrias e nas trocas recíprocas entre povos e culturas.

As História económica e social procura transmitir conhecimentos à memória colectiva sobre a maneira como se processaram as transformações da sociedade, as quais permitem avaliar o esforço empreendido por gerações sucessivas.

A História Económica e Social é uma disciplina que visa dar consistência ao sentimento de responsabilidade da cidadania perante a luta dos povos pela sua

sobrevivência. Donde a necessidade de um estudo de organização social para melhor compreensão da natureza sócio - política e da antropologia económica que tem como objectivo definir a acção do Homem na produção e transformação do espaço enquanto ser cultural. É, em resumo, o estudo do modelo de produção material e espiritual de cada sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução

Orientações metodológicas:-A história económica e social: Definição;-A África em história económica;-A importância da história económica.

A História económica de Angola no contexto Africano:-Emergência da colonização Europeia;-A África de fronteiras;-O estatuto das economias africanas no contexto da colonização.

O Período da penetração e ocupação europeia da África:-O Mercantilismo na Europa e a exploração da África;-O Comércio Europeu em África;

-O Tráfico de escravos transatlânticos;-As doutrinas abolicionistas e o fim do tráfico de escravos.

A Economia de Angola depois de abolição do tráfico de escravos transatlântico:-As guerras de ocupação do território;-A questão do povoamento branco de Angola;-A política de fixação de colonos em Angola-Os nativos na economia colonial.

O Pensamento económico do estado novo:-Que foi o estado novo na economia colonial Portuguesa?;-A economia corporativa do estado Novo;-A integração das colónias no espaço Português.

O Advento da independência nacional:-A herança colonial-A economia centralizada do Estado patrão-As mutações sociais e a transição de economia do mercado.

Bibliografia:

AMARAL (Ilídio do) – *Aspectos do Povoamento Branco em Angola*, Lisboa, 1960.

ANDRADE (Mário) e OLIVIER (Marc) – *La Guerre en Angola-Études socio-économiques*, Ed. François Maspero, Paris, 1971

BIRMINGHAM (David) – *A África Central até 1870*, Luanda, 1981.

BOAVIDA (Américo) – *Angola, Cinco séculos de exploração*, Luanda, UEA.

CAPELA (José) – *O Imposto de palhota e a introdução de modo de produção capitalista nas colónias* – Afrontamento, Porto, Maio de 1977.

DILOLWA (Carlos Rocha) – *Contribuição a História Económica de Angola*, Luanda.

BENDER (Gerald J.) – *Angola sob Domínio Português, Mito e Realidade*, Sà da Costa Editora, Porto, 1976.

GUERRA (Henrique) – *Angola, estruturas económicas e sociais*, UEA, Luanda 1988.

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA ECONÓMICA DE ANGOLA



Universidade Jean Piaget
A N G O L A

Criada pelo Decreto N.º 44-A/01 do Conselho de Ministros, em 6 de Julho de 2001

PÓLO DE BENGUELA

UNIDADE I – IDADE MÉDIA ANGOLANA

- 1.1. Organização e produção: O sistema feudal
- 1.2. A agricultura e o comércio
- 1.3. Produção na Era dos Descobrimentos (XVI)

UNIDADE II – A ECONOMIA AFROEUROPEIA EM ANGOLA

- 2.1. A dependência da Economia angolana nos séculos XVII e XIX
- 2.2. Instabilidade Política e Desenvolvimento económico no século XIX
- 2.3. A emergência de uma Para-industrialização no fim do século XIX

UNIDADE III – ECONOMIA COLONIAL EM ANGOLA

- 3.1. A crescente dependência de Angola face ao investimento estrangeiro
- 3.2. O salazarismo e a Política Económica antes e depois da II Guerra Mundial
- 3.3. Integração no sistema mundial da Economia
- 3.4. A política de condicionamento industrial
- 3.5. O impacto da migração na economia angolana
- 3.6. A industrialização e a falta de recursos humanos qualificados

UNIDADE IV - A REVOLUÇÃO ANGOLANA E A ECONOMIA MUNDIAL

- 4.1. Factores económicos da revolução angolana e seus efeitos
- 4.2. Economia angolana nos anos Oitenta e Noventa
- 4.3. As reformas económicas e o saneamento da economia angolana
- 4.4. Preparação para a integração na SADCC
- 4.5. Desenvolvimento Económico e a SADC

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA ECONÓMICA DE ANGOLA

Bibliografia indicativa

- ANGOLANA (1968). *Documentação sobre Angola (1783-1883)*. vol. I, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA) - Anotações de Mário António F. Oliveira;
- BENDER, Gerald (1976). *Angola sob o Domínio Português - Mito e Realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora;
- BIRMINGHAM, David e Phyllis MARTIN (eds.), (1997). *History of Central Africa*, Londres/New York, Longman, vol. 3;
- Borstelman, T. (1990). *Apartheid, Colonialism and the Cold War. The United State and Southern Africa, 1945-1952*. Durham: Duke University Press
- CASTRO, Armando (1978). *O sistema colonial português em África (meados do sec.XX)*, Lisboa: Editorial Caminho;
- CENTRO de Estudos Angolanos. (1965). *História de Angola*. Porto: Edições AFRONTAMENTO;
- CHILDS, G. M. (1970). "The Chronology of the Ovimbundu Kingdoms", *The Journal of African History*, Cambridge University Press, vol. XI, 2: 241-248;
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1991). *O terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema;
- DILOLWA, Carlos Rocha (1978). *Contribuição à história económica de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola;
- EDWARDS, Adrian C. (1962). *The Ovimbundu under two sovereignties - a study of social control and social change among a people of Angola*. Londres: Ibadan/Acra, Oxford University Press;
- FREITAS, A.J. (1975). *Angola: O Longo Caminho da Liberdade*. Lisboa: Editora Moraes;
- GOURHAN, André Leroi (1985). *As religiões da pré-história. "Perspectivas do homem"*. Lisboa: Edições 70;
- GUERRA, Henrique (1979). *Angola - estrutura económica e classes sociais - os últimos anos do colonialismo português em Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 4ª edição (1ª ed.1975);
- GUERRA, Henrique (1988). *Angola – Estrutura Económica e Classes Sociais*. 6ª Edição. Luanda: UEA;
- HEINTZE, Beatrix (2004). *Pioneiros Africanos, Caravanas de Carregadores na África e Centro - Ocidental (entre 1850 e 1890)*. Luanda: Editora Nzila;
- HEYWOOD, Linda M. (1983). "Porters, Trade and Power - The Politics of Labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914", *Conference on the Labor of Long-Distance trade in Africa*, York University, Ontario (Canadá), 22-23 September;

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA ECONÓMICA DE ANGOLA

- HEYWOOD, Linda M. (1984). *Production, Trade and Power. The Political Economy of Central Angola, 1850-1930*, dissertação para PH.D., não publicada, Columbia University;
- JAIME, Drumond e BARBER, Helder (2000). *Angola: Depoimentos para a História recente*, s/l, Edição dos autores;
- LEMOS, Alberto de (1929). *História de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional.
- LIMA, Augusto Mesquitela (1988-199). *Os Kyaka de Angola — História, Parentesco, Organização Política e Territorial*, Lisboa: Ed. Távola Redonda, 3 vols;
- LUKAMBA, André (2001). *A globalização e os conflitos no sul, o caso angolano*. Roma: 2001;
- MARQUES, Walter (1965). *Problemas do desenvolvimento económico de Angola*. Luanda: Junta de Desenvolvimento Industrial, 2 vols;
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1976). *A colonização das Terras Altas da Huila (Angola). Estudo de Geografia Humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa;
- MENDES, Afonso (1966). *O trabalho assalariado em Angola*. Lisboa: ISCSPU;
- MORAIS, Beatriz (1998). *A Cooperação e a integração regionais da África Austral – SADC. O Papel de Angola*. São Paulo: Centro de Estudos africanos da USP;
- NETO, Ana Maria (1991). *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da Administração portuguesa 1961-1975*. Lisboa: Escher;
- OLIVEIRA, J. J. (1998). "O Passado. Breve Análise Histórica do Papel de Portugal em África. A Dependência de Portugal e a Influência de Interesses das Grandes Potências nas Antigas Colónias". In Sociedade de Geografia de Lisboa. *África. Século XXI. Os Desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP. Pp 103-107.
- PÉLISSIER, René (1986). *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas 1845-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 2 vols;
- PEZARAT CORREIA, Pedro (1992). *Descolonização de Angola - a "jóia da Coroa" do império português*. Lisboa: Editorial Inquérito;
- PIMENTA, Fernando Tavares (2008). *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: edições Afrontamento;
- PNUD (1999). *Relatório do Desenvolvimento Humano. Angola*;
- RELA, José Manuel Zenha (1992). *Angola entre o presente e o futuro - uma contribuição com vista ao estudo e definição de uma estratégia de reconstrução e desenvolvimento da economia e sociedade angolanas*. Lisboa: Escher editora;

PROGRAMA DA CADEIRA DE HISTÓRIA ECONÓMICA DE ANGOLA

ROCHA, Manuel José Alves da Rocha (2004). *Opiniões e Reflexões, Colectâneas de Artigos, Conferências e Palestras sobre Angola, África e o Mundo*. Luanda: Editora CEIC/UCAN;

SANTOS, Maria Emilia Madeira (1992). "Borracha, crédito e autonomia do comércio africano na ligação à economia internacional. O caso dos Ovimbundos" *Studia*, Lisboa, 51: 17-27 (Comunicação ao 1º Simpósio Internacional sobre Cultura Angolana, Porto, Maio 1989);

STOCKWELL, J. (1979). *A CIA Contra Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

WRIGHT, G. (2000). *A Destruição de Um País. A Política dos Estados Unidos para Angola Desde 1945*. Luanda: Nzila Editora.

Anexo 2- INQUÉRITOS APÊNDICES

Apêndice I: Boletim de Inquérito por questionário dirigido aos alunos da Faculdade de Economia de Benguela da Universidade Katyavala Bwila

UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA

FACULDADE DE ECONOMIA

FICHA DE INQUÉRITO AOS ALUNOS DA FACULDADE DE ECONOMIA DE BENGUELA DA UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA

Caríssimo (a), este questionário destina-se a recolha de dados que nos serão úteis para a elaboração da nossa tese de mestrado na especialidade de Finanças, subordinado ao tema “História Económica e Social de Angola”. Com este propósito, vimos solicitar encarecidamente a vossa colaboração com o fito de obter opiniões relativas ao tema em referência.

Muito Obrigado

I. Dados gerais

Idade _____

Sexo _____

II. Questionário

Assinale com um X, para cada questão, a opção que achar conveniente:

7. Que conhecimento tem sobre a HESA?

Muito	Pouco	Nenhum

8. A Disciplina HESA pode contribuir para o desenvolvimento de competências cognitivas aos estudantes do 1º Ano do Curso de Economia?

Muito	Pouco	Nada

9. O programa da disciplina HESA, na sua opinião, responde as necessidades atuais do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem?

Muito	Pouco	Nada

10. A atualização permanente dos conteúdos referentes aos fenómenos históricos da economia de Angola proporcionará no formando uma consciência histórica e patriótica?

Muito	Pouco	Nada

11. Encontra dificuldades bibliográfica para o estudo da HESA?

Muito	Pouco	Nada

12. Espera melhorias (atualizações) no programa de HESA?

Muito	Pouco	Nada

Grato pela sua colaboração

Apêndice II: Boletim de Inquérito por questionário dirigido aos professores da Faculdade de Economia de Benguela da Universidade Katyavala Bwila

UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA

FACULDADE DE ECONOMIA

FICHA DE INQUÉRITO AOS PROFESSORES DA FACULDADE DE ECONOMIA DE BENGUELA DA UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA

Caríssimo (a) colega, este questionário destina-se a recolha de dados que nos serão úteis para a elaboração da nossa tese de mestrado na especialidade de Finanças, subordinado ao tema “História Económica e Social de Angola”. Com este propósito, vimos solicitar encarecidamente a vossa colaboração com o fito de obter opiniões relativas ao tema em referência.

Muito Obrigado

I. Dados gerais

Idade _____

Sexo _____

Habilitações literárias _____

Tempo de Serviço _____

II. Questionário

Assinale com um X, para cada questão, a opção que achar conveniente:

1. Gostas de lecionar a disciplina História Económica e Social de Angola?

Muito	Pouco	Nada

2. Encontra dificuldades no acesso a bibliografia para o ensino da disciplina em referência e consequentemente para o tratamento metodológico dos conteúdos do programa?

Muito	Pouco	Nada

3. A Faculdade de Economia da UKB realiza periodicamente seminários metodológicos para a abordagem e discussão inerentes as disciplinas curriculares do Curso de Economia?

Muito	Pouco	Nada

4. Acredita que a atualização permanente dos conteúdos sobre a História económica e Social de Angola contribuirá para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da disciplina em referência?

Muito	Pouco	Nada

5. Concorda que o programa atual da disciplina H.E.S.A carece de melhoria quanto aos já existentes sistemas de conhecimentos, de objetivos e de sugestões metodológicas?

Muito	Pouco	Nada

Grato pela sua colaboração

Anexo 3: Fotos da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Buila

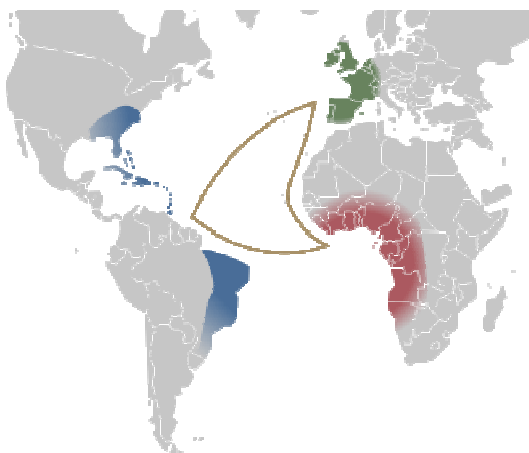


Parte exterior da Faculdade de Economia da UKB (foto de Paulo Costa)



Estudantes do 1 Ano do curso de Economia da UKB no ato de preenchimento do inquérito (foto de Paulo Costa)

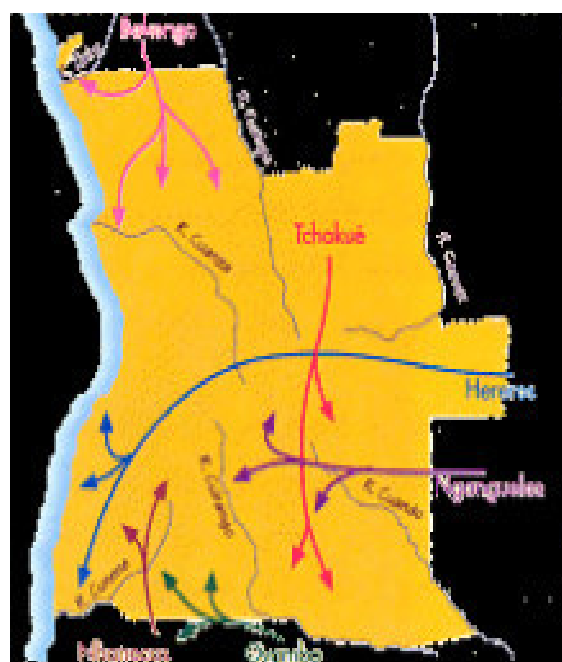
Anexo nº 4: Mapas



Principais regiões de comércio de escravos na África entre os séculos XV e XIX.

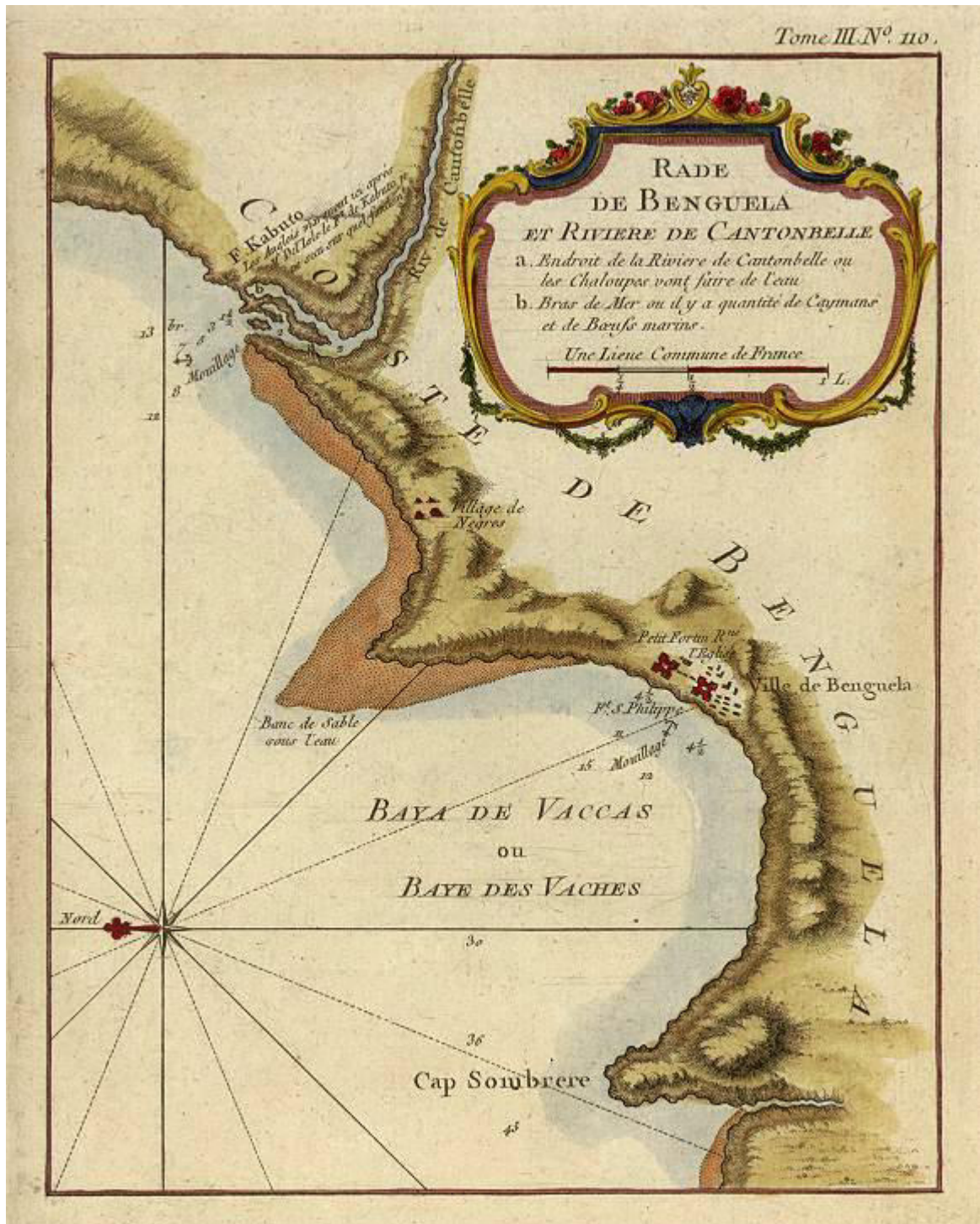


Mapa extraído da Internet, 2005



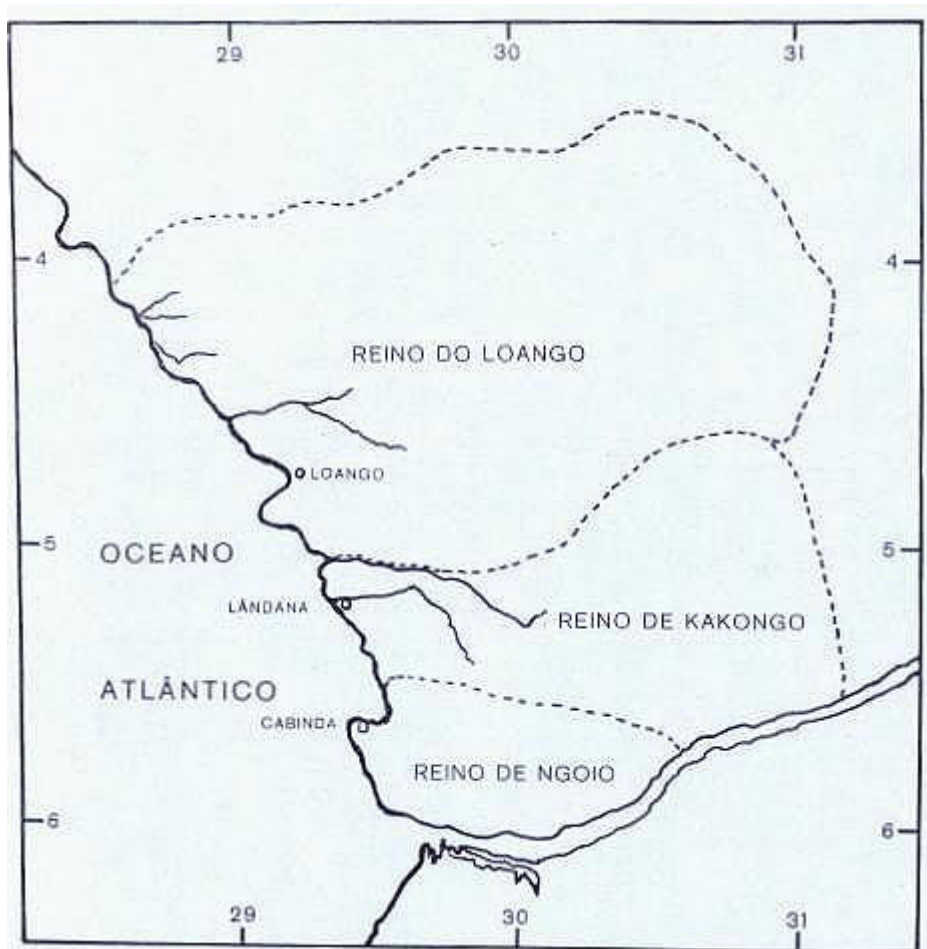
Extraído do manual de História 5ª Classe

O Reino de Benguela



Mapa antigo, obtido em **Steve Bartick - Antique Prints and Maps**, e que nos permite ver a Baía de Benguela e o Rio Catumbela. Este mapa está também inserido na página de **Carlos Pires**, um benguelense. (**Internet, 2006**)

O Reino do Congo



Mapa decalcado da Carte de la Cote de Loango reproduzida na obra de Proyart: Histoire de Loango, kakongo et autres Royaumes d'Afrique

Anexo 5: Navios negreiros e escravos sendo comercializados

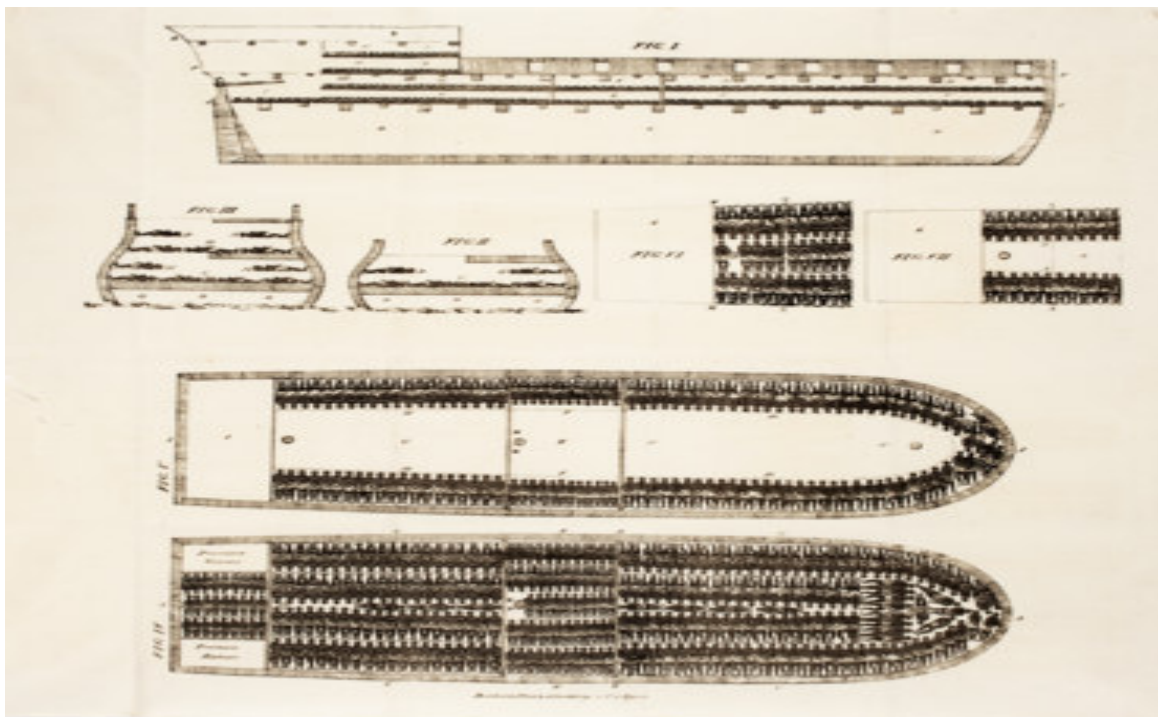


Diagrama de um navio negreiro britânico (1822)



Maquete do interior de um navio negreiro.



Comércio atlântico de escravos (extraído da Internet)



A imagem mostra um mercado de escravos no Rio de Janeiro. Séculos XVI e XIX (extraído da internet)



Africanos sendo examinados por possíveis compradores.



Jean Baptiste Debret, Mercado da Rua Valongo, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

Anexo 6: Armazéns de Escravos em Benguela



Exterior do Museu Nacional de Arqueologia (Antigo armazém dos escravos) - (fotode Paulo costa)



Interior do Museu Nacional de Arqueologia - Carris por onde seguiam os escravos pára os barcos
(foto de Paulo Costa)



Interior do antigo armazém de escravos/ Benguela (foto de Paulo Costa)



Entrada de um dos compartimentos por onde eram presos os escravos (foto de Paulo Costa)



Sino que orientava os escravos para o embarque ou actividades (foto de Paulo Costa)



Muralha do Canto/ Dombe-Grande/ Benguela- armazém de escravos (foto de Palmira Cesária))



Outro lado da muralha do Canto (foto de Palmira Cesária))



Parte exterior/ muralha do Canto (foto de Palmira Cesária))



Interior de uma muralha sde Tchiymbwa/Dombe-Grande- Benguela (foto de Palmira Cesária))



Obra de arquitectura na época da escravatura/ muralha de Tchiymbwa/ Benguela (foto de Palmira Cesária)

Anexo 7: Diário da República de Angola

Anexo XI: Lei nº3/76, Estabelece o Confisco e a Nacionalização de empresas e outros bens



Quarta-feira, 3 de Março de 1976

I Série — N.º 52

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço deste número — 8500

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do Diário da República, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Angola, em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: empresas.

ASSINATURAS

As 1.ª série	As 2.ª série	As 3.ª série
1350	2000	4000

O preço dos anúncios é de 225 a linha, acrescida do respectivo imposto de selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional de Angola.

SUMÁRIO

Conselho da Revolução

Lei n.º 3/76:

Adopta várias disposições relacionadas com a política económica de resistência.

Ministério do Planeamento e Coordenação Económica

Portaria n.º 34/76

Approva e põe em execução o 1.º orçamento suplementar ao orçário, do Instituto de Cálculo de Angola, para o ano económico de 1975.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Lei n.º 3/76

1. A política económica de resistência é caracterizada pela construção de uma economia planificada, na qual coexistirão três sectores: as unidades económicas estatais, as cooperativas e as empresas privadas.

Para fazer face às necessidades da resistência deverá a actuação dos três sectores atrás mencionados ser coordenada, de modo a permitir a reorganização e o aumento da produção de bens essenciais à melhoria das condições de vida das massas populares e ainda a assegurar o apoio económico à guerra anti-imperialista.

A economia de resistência deve contar fundamentalmente com as forças nacionais anti-imperialistas e, assim, responder firmemente ao bloqueio económico e à destruição sistemática do aparelho produtivo nacional que os inimigos do povo angolano tentam neste momento realizar.

A criação da base material e técnica desta economia exige o alargamento da cooperativização, em como o desenvolvimento de um sector estatal que efective o controle das grandes e médias indústrias estratégicas.

É por outro lado fundamental que se maximize o aproveitamento dos recursos existentes, muitos dos quais foram abandonados pelos colonos e são neste momento improdutivo.

O sector privado de, aliás, na economia de resistência, ser encorajado e apoiado pelo Estado, desde que respeite as linhas gerais da política económica e laboral definida pelo MPLA.

2. Foi exactamente a situação caótica, herdada do colonialismo e agravada pela guerra imperialista, que criou a necessidade de regular imediatamente as condições de nacionalização de algumas empresas e dos bens abandonados ou pertencentes a traidores.

Os meios de produção nacionalizados poderão ser entregues a unidades económicas estatais ou a cooperativas de produção, agrícolas ou industriais. Será desta n.º, possível democratizar as estruturas económicas do nosso país, avançando na industrialização auto-centrada e na cooperativização da agricultura e da pequena indústria.

As condições de indemnização dos titulares dos direitos relativos a bens nacionalizados serão negociados entre o Estado e os interessados, a fim de se salvaguardarem os seus interesses e os interesses mais gerais do povo angolano.

Os sabotadores da economia nacional e os traidores à luta de libertação, esses não terão direito a qualquer indemnização, sendo a nacionalização dos seus bens a justa resposta do povo angolano aos crimes que tenham praticado.

3. A presente Lei vem também ocupar-se da gestão das unidades económicas estatais, já existentes ou que venham a ser criadas, estabelecendo as bases gerais que deverão reger as mesmas.

Treza-se de definir um estatuto uniforme que irá pautar, na presente fase de economia de resistência, o importante sector estatal da economia, garantido duas condições básicas: a de que as unidades económicas estatais estejam ao efectivo e exclusivo serviço dos interesses do povo angolano e que o seu funcionamento seja notado pela mais rigorosa racionalização económica.

Ao traçar-se a organização das unidades económicas estatais, definindo quais os seus órgãos e a composição e atribuições dos mesmos, ao estabelecer-se o grau de ligação e dependência entre cada uma dessas unidades e o Estado, tem-se sempre presente a protecção de garantir, por um lado, o necessário e correcto enquadramento das unidades económicas estatais na política sectorial e regional que venha a ser definida pelo Plano Nacional e, por outro lado, o princípio fundamental de que a sua gestão deve estar sujeita ao controle do Estado e na efectiva participação dos trabalhadores a todos os níveis.

Nestes termos,

Ao abrigo da alínea a) do artigo 38.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade conferida pela alínea e) do artigo 32.º da mesma Lei, o Governo decreta e em promulga o seguinte:

TÍTULO I

Da nacionalização e confisco de empresas e outros bens

ARTIGO 1.º

(Nacionalização de empresas)

1. O Conselho da Revolução poderá, em caso de especial interesse para a economia nacional e sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas, nacionais ou estrangeiras, que venham a ser considerados importantes para a economia de resistência.

2. A determinação das empresas a nacionalizar será feita com base em qualquer dos seguintes factores:

- a) Tipo de actividade;
- b) Volume de emprego;
- c) Situação monopolista;
- d) Incidência cambial;
- e) Localização.

3. O Conselho da Revolução poderá ainda, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas em que se tenha verificado uma intervenção do Estado nos termos do Decreto-Lei n.º 128/75, de 7 de Outubro, quando considere que a sua permanência no sector privado é contrária ao interesse nacional.

ARTIGO 2.º

(Nacionalização e participação no capital social das empresas com dívidas para com o Estado)

1. O Conselho da Revolução poderá, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas que tenham sido objecto de apoio financeiro por parte de instituições de crédito do Estado e que não tenham

aplicado esses financiamentos em operações de interesse para a respectiva empresa e para a economia nacional.

2. O Conselho de Ministros poderá, por outro lado, determinar a transformação compulsiva dos créditos retirados no número anterior em capital social da empresa devedora.

3. A resolução do Conselho de Ministros a que se refere o número anterior, implica a alteração imediata do pacto social da empresa em causa e é título bastante para o registo dessa alteração na Conservatória do Registo Comercial.

ARTIGO 3.º

(Confisco por subversão Económica)

O Conselho da Revolução poderá, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar o confisco das empresas ou dos bens dos cidadãos nacionais ou estrangeiros que pratiquem, nas unidades económicas em que exercem funções de administradores, directores, gerentes, delegados do Governo ou membros de Comissões de gestão, qualquer dos seguintes actos:

- a) Descapitalização ou desinvestimento significativo e injustificado;
- b) Derivação de fundos da actividade corrente da unidade económica que impeça o cumprimento das suas obrigações;
- c) Redução injustificada dos níveis de produção da unidade económica;
- d) Redução ou paralisação da produção ou da importação de bens essenciais à economia de resistência;
- e) Redução ou paralisação injustificada de actividades relacionadas com a exportação que contribuam para a deterioração da balança de pagamentos do país;
- f) Constituição injustificada de stocks de produtos acabados que afecte o normal abastecimento público ou favoreça práticas especulativas;
- g) Instigação ou deterioração dolosa ou negligente de meios de produção, bem como desvios dos mesmos que tenham por consequência a redução ou paralisação da actividade da respectiva unidade económica;
- h) Destruição ou deterioração de produtos, designadamente os produtos essenciais ao abastecimento público;
- i) Envolvimento total ou de secções significativas da unidade económica, sem prévia autorização das autoridades públicas competentes;
- j) Acordo ou promessa de alteração de salários, remunerações, regalias ou quaisquer outros benefícios em vigor na unidade económica, que comprometa a sua situação financeira;
- k) Contracção com o inimigo ou apoio financeiro ao mesmo.

ARTIGO 4.º

(Outros casos de confisco)

Poderão ainda ser nacionalizados, nos termos do corpo do artigo anterior, os bens dos cidadãos nacionais ou estrangeiros que:

- a) Se ausentem injustificadamente do território nacional por um período superior a quinze e cinco dias;

Lei 43/76
de 12.11.76
al. 1